



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSOR ORIENTADOR: LUIZ CLÁUDIO FERREIRA
ÁREA: GERENCIAMENTO DE CRISE DE IMAGEM

Gerenciamento de crise
Como a Secretaria de Comunicação da UnB tratou o
incêndio em apartamentos de estudantes africanos

Cristiane Bonfanti de Sousa
RA 2041267/8

Brasília, outubro de 2007

Cristiane Bonfanti de Sousa

Gerenciamento de crise
Como a Secretaria de Comunicação da UnB tratou o
incêndio em apartamentos de estudantes africanos

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, orientado pelo prof. Luiz Cláudio Ferreira.

Brasília, outubro de 2007

Cristiane Bonfanti de Sousa

Gerenciamento de crise
Como a Secretaria de Comunicação da UnB tratou
o incêndio em apartamentos de estudantes africanos

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Banca Examinadora

Prof. Luiz Cláudio Ferreira
Orientador

Prof. Cláudia Busato
Examinadora

Prof. Ana Paula Ferrari
Examinadora

Brasília, outubro de 2007

Agradecimentos

A Jesus Cristo, o mais completo comunicador da história, que foi, ao mesmo tempo, fonte, meio, signo e mensagem.

Aos meus pais, Edmar Coelho de Sousa e Maria Lúcia Bonfanti de Sousa, pelo apoio e amor infinitos, e por todo o investimento em minha educação.

Aos jornalistas André Augusto Castro e Rodrigo Caetano, profissionais brilhantes que, de forma especial, acreditaram no meu potencial e investiram na minha carreira.

Ao meu orientador, Luiz Cláudio Ferreira, pela atenção e dedicação ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

“Bons jovens se preparam para o sucesso. Jovens brilhantes se preparam para as derrotas. Eles sabem que a vida é um contrato de risco e que não há caminhos sem acidentes. Têm consciência de que ninguém é digno do pódio se não usar suas derrotas para conquistá-lo”
Augusto Cury

RESUMO

Esta monografia teve como objetivo analisar o trabalho de comunicação da Universidade de Brasília (UnB) na crise de imagem desencadeada pelo incêndio contra alunos africanos na Casa do Estudante Universitário (CEU) da instituição, ocorrido em 28 de março de 2007. Visou-se também a analisar a imagem da UnB na cobertura realizada pelo veículo impresso Correio Braziliense, enfocando o desempenho de sua Secretaria de Comunicação (Secom), responsável por influenciar essa percepção na mídia, entre 29 de março e 13 de abril, período mais intenso da crise. Para isso, foram utilizadas as técnicas de análise documental, análise de conteúdo, revisão bibliográfica e observação direta. Ao todo, foram realizadas duas entrevistas com profissionais de comunicação e analisadas 18 matérias, dois artigos, uma nota oficial e uma pensata (reflexão sobre o caso) publicadas pela universidade. Também foram analisadas 11 matérias, dois editoriais, dois artigos, uma nota e uma nota de repúdio publicadas pelo veículo impresso estudado. Dentre os principais resultados obtidos destacam-se a ausência de um Plano de Gerenciamento de Crise (PGC) – com um conjunto de ações preventivas - e de uma postura pró-ativa na comunicação interna da universidade em relação ao caso em análise. No início da administração da crise, destaca-se a falta de unicidade de discurso por parte dos gestores da instituição. No decorrer da cobertura, por outro lado, o trabalho de gerenciamento de crise mostrou-se eficiente e a universidade conseguiu divulgar as ações positivas e pró-ativas em relação ao caso em todas as matérias publicadas pelo Correio Braziliense.

Palavras-chave: gerenciamento de crise; incêndio contra estudantes africanos; Universidade de Brasília; Correio Braziliense.

ABSTRACT

In this paper it was aimed at analyzing the Universidade de Brasília's image covered by the newspaper Correio Braziliense, during the crisis caused by the fire against African students on March 28, 2007, with focus on the performing of its Press Office, responsible for influencing such perception in the media. To achieve this goal, this researcher used techniques of document analysis, content analysis, straight looking through and bibliographic review. Overall two interviews were carried out with journalists and analyzed 18 reports, two articles, a note and an official note published by the university and 11 reports, two texts with opinion, two articles, a text with a reflection, a note and a note of rejection published by the newspaper analyzed. All matters collected covered the period from March 29, 2007 until April 13, 2007.

Among the most significant results obtained it can be noticed the lack of a Crisis Management Plan (CMP), with a series of preventive actions, and a lack of a proactive attitude in the internal communication of the university in this case in particular. In the beginning of the crisis management, it was noticed the lack of unity of discourse about the possible motivations for the attack. During the coverage by the newspaper Correio Braziliense, on the other hand, the work of management crisis has been efficient and the university has influenced the perception in the media and reported positive actions in all the matters published by the newspaper during the period analyzed.

Key words: crises management; fire against African students; University of Brasília; Correio Braziliense.

Sumário

1	Introdução.....	13
2	Crises.....	17
2.1	O que é uma crise de imagem.....	17
2.2	Imagem, reputação e credibilidade.....	20
2.3	A crise e a imprensa.....	23
2.4	Assessorias de imprensa.....	25
3	Gerenciamento de crises.....	27
3.1	Como evitar uma crise.....	27
3.2	Como conter uma crise.....	30
3.3	A crise da Casa do Estudante Universitário (CEU) da UnB.....	31
4	Análises e conclusões.....	36
4.1	A O trabalho de comunicação da UnB.....	36
4.2	A cobertura do Correio Braziliense.....	39
4.2	Conclusão.....	43
	Referências.....	46
	Anexos.....	48
	Apêndice.....	81

1 Introdução

A imagem de um líder, empresa ou instituição é o seu patrimônio mais importante. É ela que os representa junto a seus públicos e a opinião pública em geral. Mas, por mais que uma organização demore décadas para, enfim, conseguir transmitir percepções positivas, todo esse esforço pode ser jogado fora dentro de apenas alguns dias. Toda e qualquer empresa está sujeita a enfrentar uma crise que, dependendo da intensidade do evento, pode afetar os seus públicos de interesse de forma extrema e causar arranhões profundos em sua imagem. E, se a possibilidade de uma crise é vista como um fato, as empresas devem estar preparadas diante dessa certeza e adotar, de antemão, políticas de planejamento preventivo que forneçam ferramentas para trabalhar nos momentos críticos.

Depois de detonada a crise, a empresa deve movimentar uma série de atividades para controlar e sanar o problema. Entre elas está a comunicação, setor que lida com os públicos interno e externo da organização, antes, durante e após a crise, por meio, por exemplo, das assessorias de imprensa. Tendo em vista que o incêndio contra alunos africanos ocorrido no dia 28 de março de 2007 na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade de Brasília (UnB) foi considerado uma das maiores crises da história da instituição, este trabalho visa a analisar o trabalho de comunicação da UnB no caso e a sua imagem na cobertura realizada pelo veículo impresso Correio Braziliense, enfocando o desempenho de sua Secretaria de Comunicação (Secom/UnB) entre 29 de março e 13 de abril, período mais intenso da crise.

Para atingir este objetivo, serão utilizadas as técnicas de análise documental, análise de conteúdo e observação direta. A análise documental compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos. Ela utilizará como fonte secundária (informação já reunida e organizada) os textos publicados pela Secom/UnB e pelo Correio Braziliense no período citado acima. A partir deles, far-se-á a leitura crítica dos documentos. Já a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa para descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto na comunicação. Segundo Jorge Duarte e Antônio Barros, ela é “tributária do positivismo, corrente de pensamento desenvolvida por Auguste Comte (1798–1847) cuja principal característica é a valorização das ciências exatas como paradigma de

cientificidade e como referência do espírito humano em seu estágio mais elevado” (DUARTE, J. e BARROS, A., 2005, p. 281).

Os trabalhos iniciais em análise de conteúdo encontram-se estreitamente relacionados ao florescimento do jornalismo sensacionalista (em inglês, *muckraking journalism*) nos Estados Unidos nas últimas décadas do século XIX. As primeiras escolas norte-americanas de jornalismo adotaram a análise quantitativa como critério de objetividade científica. Observavam-se a superfície dos artigos, o tamanho dos títulos e a localização na página, entre outros critérios. Atualmente, a análise de conteúdo faz a ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa de materiais. Além disso, esta pesquisadora lançará mão dos procedimentos metodológicos de revisão bibliográfica e de entrevistas. O estudo também analisará se o veículo em questão tenha agregado às matérias veiculadas a “versão” divulgada pela universidade.

No processo de produção da notícia sobre o caso, outro ponto de estudo é o papel que a Secom/UnB exerceu ao divulgar a sua versão e enquadramento a respeito do fato, principalmente ao publicar as ações da universidade em relação ao assunto. Na visão de Wolf, a escassez substancial de tempo e de meios configura-se como elemento fundamental das rotinas de produção e “acentua a relevância dos valores/notícia, que acabam se encontrando profundamente radicados em todo o processo de informação” (2003, p. 228). Esse processo, por sua vez, passa pelas fases de coleta, seleção e apresentação.

A coleta é descrita no componente fundamental das fontes e, nesse caso, a Secom/UnB é considerada uma delas. “Enquanto em certa época eram os jornalistas a ir em busca das notícias, agora são as próprias notícias que ‘buscam’ os jornalistas (...). “Na enorme maioria dos casos, trata-se de materiais produzidos em outro lugar, que a redação se limita a receber e a reestruturar em conformidade com os valores-notícia relativos ao produto, ao formato e ao meio” (WOLF, Mauro, 2003, p. 229).

O caso também será estudado sob a ótica da teoria do agendamento (*agenda-setting*). “O agendamento é consideravelmente mais que a clássica asserção que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a seleção de objetos que despertam a atenção como a seleção de enquadramentos para pensar esses objetos são poderosos papéis do agendamento” (TRAQUINA, 2003, p. 33).

Levando em conta todos os aspectos citados acima, além de fazer uso da análise de conteúdo das matérias, analisar-se-á o trabalho de gerenciamento de crise da Secom/UnB no caso e os seus resultados para saber se a cobertura do Correio Braziliense despertou a atenção do leitor de forma positiva para as iniciativas tomadas pela UnB e divulgou a postura da instituição em relação ao caso. Para chegar a esse objetivo, a pesquisa passará pelas fases de análise do esforço e da estratégia da Secom/UnB no caso do incêndio na instituição; da visão e do conteúdo do material divulgado pela UnB a respeito do assunto; da forma como as matérias publicadas no Correio Braziliense expuseram o atentado; e do espaço que o jornal dedicou ao assunto nesse período. Com isso, buscar-se-á deixar lições tanto para esta pesquisadora como para a universidade cujo trabalho de comunicação é analisado.

Para atingir essa meta, além de duas entrevistas realizadas com um representante da UnB e um do Correio Braziliense, serão analisadas 18 matérias, dois artigos, uma nota oficial e uma pensata publicadas pela universidade e 10 matérias, uma sub-matéria, dois editoriais, dois artigos, uma nota e uma nota de repúdio pelo veículo impresso em questão. Com essa metodologia de análise, será possível responder à pergunta-problema deste trabalho: detectar se o jornal divulgou as ações da universidade no caso do incêndio ocorrido na CEU, levando em conta o trabalho da Secom/UnB no período em estudo.

Como ainda hoje as crises de imagem são assunto pouco explorado no Brasil, a intenção é também contribuir para a conscientização de organizações a respeito da importância de se prevenir contra eventos que podem suscitar repercussões negativas. Além disso, busca-se reforçar a idéia e que o planejamento e a comunicação nos momentos de crise são relevantes para a promoção de uma imagem positiva e para a conquista de credibilidade e confiança dos diversos públicos por parte de uma empresa.

A estrutura desta pesquisa divide-se em cinco partes. Seguindo-se a este capítulo, dedicado à introdução, o capítulo 2 discute os diversos conceitos de crise; a importância da imagem, da reputação e da credibilidade em uma instituição; a relação das crises com a imprensa; e a importância do trabalho das assessorias de imprensa nas crises de imagem. O capítulo 3 aborda a previsibilidade das crises; a importância de um trabalho preventivo; o que deve ser feito depois que uma crise é detonada; e introduz um panorama sobre a crise desencadeada pelo incêndio na

CEU da UnB. O capítulo 4 apresenta a análise do material publicado tanto pela Secom/UnB como pelo Correio Braziliense sobre o caso, no período em análise, e apresenta as conclusões e considerações finais nas quais se busca cumprir os objetivos propostos por este estudo.

2 Crises

2.1 O que é uma crise de imagem

A queda de um edifício, um desastre aéreo, um vazamento de óleo que contamina uma vasta população marinha, um medicamento falso com milhares de lotes vendidos e um incêndio contra estudantes africanos em uma universidade pública. Cenários conhecidos e denúncias diárias estampadas nos jornais que levam inúmeras organizações a situações indesejadas, também conhecidas como crises de imagens.

Na visão de Mário Rosa, embora não haja uma definição universalmente válida e aceita sobre o que vêm a ser as crises de imagem, elas “são diferentes das crises convencionais” (ROSA, 2001, p. 22). Segundo ele, acontecimentos com repercussão negativa têm potencial para atingir a forma como as pessoas vêem a instituição e, com isso, gerar uma crise de imagem. São episódios que podem deixar marcas indelévels na imagem da instituição.

A melhor definição é de que a crise de imagem constitui um conjunto de eventos que pode atingir o patrimônio mais importante de qualquer entidade ou personalidade que mantenha laços estreitos com o público: a credibilidade, a confiabilidade, a reputação. (ROSA, 2001, p. 23)

Marilene Lopes, por sua vez, assegura que as organizações devem saber tudo o que acontece em seu interior ou que lhes diga respeito. “Qualquer coisa negativa que escape ao controle da empresa e ganhe visibilidade” (LOPES, 2000, p. 67) tem potencial para detonar uma crise. Já Rivaldo Chinem é mais incisivo e explica que esses acontecimentos não só têm potencial para gerar danos à imagem de uma instituição como, em si mesmos, já podem ser considerados uma crise. “Qualquer situação que escape ao controle de uma empresa e que ganhe visibilidade pública pode ser considerada uma crise” (CHINEM, 2003, p. 86).

Ele alerta também que cenários prejudiciais à credibilidade de uma empresa podem, inclusive, atingir direta e negativamente a sua contabilidade. “A crise pode afetar os negócios de uma empresa, provocando perdas de lucros, além de colocar

a reputação em dúvida, caso a situação não seja bem gerenciada” (CHINEM, 2003, p. 86).

Em artigo, a mestre em Comunicação de Crises (tradução da autora) pela *Denver University* Tatiana de Miranda Jordão divide as crises em corporações em duas categorias genéricas: as criadas por condições inerentes à empresa e aquelas originadas fora da estrutura empresarial. Defeitos em produtos, falsificações, sonegações de informações, por exemplo, estão na primeira classe. Já incidentes como desastres naturais, mudanças inesperadas no mercado e terrorismo são eventos originados fora da organização.

Ela explica ainda que ninguém está imune às crises de imagem. Pelo contrário, elas podem atingir a qualquer um e nos momentos mais inusitados. “Ingerências governamentais, concordatas, crises sucessórias, conflitos trabalhistas e incêndios são alguns exemplos ilustrativos de crises a que, infelizmente, todas as empresas estão sujeitas”.

As crises são extremamente democráticas e politicamente corretas; não discriminam nem são preconceituosas. Atingem empresas nacionais ou multinacionais, públicas ou privadas, pequenas, médias ou grandes, e podem acontecer a qualquer momento, com pouco ou nenhum aviso. (JORDÃO, 2003)

O Instituto de Gerenciamento de Crise (*Institute For Crisis Management* - ICM) define, em sua página na internet, a crise como um rompimento significativo no andamento dos negócios que estimule a cobertura noticiosa extensiva. “O resultado dessas publicações afeta as operações normais da organização e também pode gerar um impacto político, legal, financeiro e governamental em seus negócios” (tradução da autora).

Para o mesmo instituto, existem quatro causas para a crise em uma empresa. A primeira são os “atos de Deus”, que envolvem fenômenos da natureza como tempestades, terremotos e erupções vulcânicas. A segunda são os “problemas mecânicos”, como rompimento de canalizações. A terceira são os “erros humanos”, como a abertura de uma válvula de forma errada e a comunicação não eficaz a respeito das medidas a serem tomadas em determinada situação. A quarta e última são as “decisões/indecisões de gerência” do tipo: “o problema não é sério, ninguém ficará sabendo”.

Segundo dados do ICM, a maioria das crises está na última categoria e é resultado de um gerenciamento que não age quando é informado a respeito de um problema que, eventualmente, pode se transformar em uma crise. Nas palavras de Mário Rosa, esse problema é causado pela falta de um Plano de Gerenciamento de Crise (PGC) - que, por meio da detecção prévia de possíveis desencadeadores de crises de imagem, do traçado de estratégias a serem tomadas caso a crise seja detonada e até mesmo da ação preventiva para corrigir o problema, pode impedir a crise ou, pelo menos, atenuá-la (leia mais no tópico 3.1).

Para alguns estudiosos de administração de crises, como Ian Mitroff, no entanto, por serem evitáveis, as falhas humanas são as que provocam uma reação muito mais adversa tanto por parte da mídia como da opinião pública. Para se ter noção de acordo com dados do ICM, das crises gerenciadas nos Estados Unidos em 2006, 14 % entraram na categoria de má administração de empresas (o que é uma falha humana), ficando atrás apenas dos crimes de colarinho branco, com 29%.

Ainda de acordo com informações divulgadas pelo ICM em sua página na internet, a partir do ponto de vista da previsibilidade, existem basicamente dois tipos de crises. A Crise Repentina (tradução da autora), quando o rompimento no andamento dos negócios acontece sem aviso prévio e tem potencial para gerar uma cobertura por parte da mídia que pode causar impactos negativos. Uma crise repentina pode ser, por exemplo, a morte ou a doença de empregados por conta de um acidente de trabalho ou a descarga de produtos químicos perigosos ou de outros materiais no ambiente (tradução da autora).

O segundo tipo de crise é classificado como Crise Latente (tradução da autora). A expressão vem do inglês *smoldering crisis* e quer dizer algo que queima com pouca fumaça e nenhum fogo. Em outras palavras, é algo que existe em estado suprimido e sem demonstração exterior, e que, conhecido ou não pela gerência da empresa, tem potencial para detonar uma crise ao ser levado ao público. Exemplos são a descoberta de problemas internos sérios que terão de ser divulgados aos empregados, aos investidores, aos clientes e demais públicos-alvos; e ações de empregados descontentes tal como ameaças sérias ou divulgação de algum ato de corrupção da empresa (tradução da autora).

Em algumas situações, as crises podem ser tanto repentinas como provenientes de situações que já vinham se desenvolvendo, dependendo do alcance das notícias e do próprio evento que causou a repercussão negativa. Um exemplo

pode ser o próprio ato de corrupção que, embora inesperado pela administração da empresa, logo se tornou público.

Mario Rosa sustenta, ainda, que “o caráter simbólico de que se revestem os acontecimentos também tornam as crises de imagem inevitáveis” (2001, p. 26). Isso porque a mídia trabalha para divulgar os acontecimentos como fatores próximos das pessoas comuns. Uma vítima de um acidente aéreo, por exemplo, poderia ser parente de quem está assistindo ao noticiário ou até mesmo essa própria pessoa. Por isso, gera-se a empatia e os incidentes extrapolam o seu contexto local e adquirem uma dimensão geral.

As grandes crises de imagem só existem porque vivemos num mundo tão interligado que um problema que, em princípio, diria respeito apenas a uma empresa ou a uma comunidade distante pode adquirir, imediatamente, uma dimensão muito maior – nacional ou, até mesmo, mundial. (ROSA, 2001, p. 26).

2.2 Imagem, reputação e credibilidade

Imagem vem do latim *imagine* e, em uma de suas acepções, significa ‘aquilo que evoca uma determinada coisa, por ter ela semelhança ou relação simbólica’ (NEVES, 1998, p. 63). Ou seja, a imagem não está, necessariamente, ligada à realidade. Em outras palavras, a forma como se faz algo é mais importante do que o que se faz. Roberto de Castro Neves explica que o verbo e o substantivo da mesma raiz (imaginar e imaginação) são mais liberais ainda no que diz respeito ao livre-pensar. “Imaginar significa criar idéias, inventar, fantasiar, projetar, enfim, nenhum compromisso com a realidade” (NEVES, 1998, p. 63).

Dessa forma, conclui-se que imagem é o jeito como se percebe as coisas. E cada pessoa tem liberdade para perceber os fatos da forma que lhe aprouver. E imagem é tudo. A imagem é poderosa. No caso de uma organização ou pessoa, explica Neves, “a imagem é o resultado do balanço entre as percepções positivas e negativas que esta organização passa para um determinado grupo” (NEVES, 1998, p. 64). E, de fato, líderes, personalidades e organizações, muitas vezes, demoram décadas para transmitir percepções positivas e ganhar credibilidade junto à opinião pública. São projetos, ações e investimentos milionários cujo mote é a responsabilidade social.

Todo esse esforço, no entanto, pode ser jogado fora dentro de apenas alguns dias. Basta uma postura negligente para causar arranhões profundos na imagem de uma empresa, na medida em que denota a ausência de uma política de responsabilidade social. “Reputações, como cristais, demoram muito para serem lapidadas (...). Grandes crises de imagem são capazes de incinerar uma reputação não em questão de anos, nem em questão de meses, mas em apenas alguns poucos dias” (ROSA, 2001, p.37).

Luciane Lucas reforça que, nessas horas, os inúmeros projetos patrocinados por uma organização não são suficientes para salvar sua reputação. “É que responsabilidade social não se mede por número e variedade de projetos, mas por uma preocupação constante da empresa em prestar conta aos grupos sociais que com ela se relacionam” (LUCAS, 2004, p. 29).

Ela ressalta que o mercado de comunicação é a ferramenta mais importante para solucionar verdadeiros impasses como as crises de imagem. São problemas que podem implicar queda significativa de pontos percentuais em determinados mercados até danos irreversíveis na imagem empresarial. “A pseudo-economia que as empresas pensam fazer ao ignorar procedimentos de segurança afeta, diretamente, os números que elas tanto tentam proteger” (LUCAS, 2004, p. 33-34). Ela ressalta que os custos posteriores por conta de ações corretivas para o problema e indenizações para as vítimas são infinitamente maiores.

Os danos à identidade corporativa – que é, de longe, o maior patrimônio de uma empresa – são, muitas vezes, irreparáveis e geram impacto quase imediato sobre o faturamento da companhia e seu desempenho no mercado financeiro. Isso sem contar com os custos de retratação perante a opinião pública – que algumas empresas, equivocadamente, ainda julgam poder ignorar. (LUCAS, 2004, p. 34)

E essa “pseudo-economia” a respeito da qual Luciane Lucas fala não diz respeito apenas aos procedimentos de segurança, mas também ao próprio trabalho de comunicação dentro de uma empresa. É estarrecedor o fato de muitos líderes e instituições que investem verbas robustas em assessorias técnicas, novos produtos, construções, não estarem atentos à importância do trabalho de comunicação em uma organização. E a comunicação, ao contrário, tem se tornado cada vez mais complexa e agregado novas ações e valores. O que um líder faz comunica, o modo como faz comunica, a forma como se relaciona com os públicos interno e externo

comunica. Enfim, tudo comunica e deve ser minuciosamente pensado e trabalhado dentro de uma empresa. Nada deve fugir ao controle da equipe de administração de um órgão.

A despeito da importância da construção de uma imagem positiva em uma instituição, o trabalho de comunicação padece do mal do desconhecimento generalizado do seu papel e potencial. “É surpreendente o número de pessoas preparadas, cultas, viajadas, competentes no que fazem e que são absolutamente ignorantes na matéria” (NEVES, 1998, p. 18).

E como desconhecimento é a matéria-prima do preconceito, Roberto de Castro Neves avalia que, nessa questão, o primeiro equívoco gerado é que comunicação é coisa simples e que, por isso, qualquer pessoa entende do assunto. O outro preconceito, oriundo do primeiro, é que não é necessário contratar profissionais do ramo, já que, vendo por esse lado, qualquer pessoa pode atuar na comunicação. “Esta mentalidade tem sido responsável pelo tratamento predador da questão, mesmo – e, sobretudo – em grandes empresas” (NEVES, 1998, p.19).

Ele aponta que, para início de conversa, raramente a comunicação é vista como um processo. Pelo contrário, muitas vezes, ela é considerada apenas um departamento, um gueto que fica às margens da alocação de verbas à época das previsões orçamentárias de uma instituição. O autor enfatiza que, infelizmente, comunicação é percebida como custo que não produz retorno mensurável. E, segundo ele, esta percepção não é absurda, pois ainda existe muita dificuldade em relacionar o modo como a empresa se comunica e a sua rentabilidade.

E todas estas barbaridades podem causar danos à imagem e à credibilidade de uma empresa: “grandes desastres empresariais têm sido causados, assim como rios de dinheiro, direta ou indiretamente, jogados fora” (NEVES, 1998, p.19). Neves analisa que, caso não haja uma mudança de postura por parte das organizações, o que deve partir, inclusive, de ações pró-ativas dos próprios profissionais de comunicação nela inseridas, os resultados podem ser catastróficos. “Existem dois tipos de empresa: as que estão investindo em Comunicação e as que vão desaparecer” (NEVES, 1998, p. 20).

2.3 A crise e a imprensa

As crises são pratos cheios para a cobertura por parte da mídia. De acordo com Mário Rosa, existe uma “lógica de interesse da mídia pelos escândalos” (2002, p.431). Essa lógica é tanto institucional (de posicionamento público e social da própria mídia) como econômica (de conseqüências empresariais). Trocando em miúdos, a divulgação dos escândalos serve para destacar a defesa do interesse público pelo jornalismo. “Ao denunciar determinadas práticas, o jornalismo se legitima como agente de vigilância das instituições” (2002, p.433).

Por outro lado, quando noticia uma crise, a empresa jornalística também está preocupada com a audiência, o lbope ou a vendagem das edições, dependendo do tipo de veículo de comunicação. “Obviamente, é inegável que a cobertura dos grandes escândalos produz, no auge de cada caso, audiências maciças na tevê e tiragens infladas para veículos impressos” (2002, p. 433). Sob a ótica dos valores/notícia, existem fatos que, por características como a negatividade ou o envolvimento de “pessoas de elite”, estão na ordem do dia da agenda de cobertura da mídia. Os jornalistas vivem disso. Coisas boas dificilmente são consideradas notícias.

Então, para Eugênio Bucci, a mídia preza por conteúdos informativos impactantes, que mexem com a percepção e o sentimento humanos, assumindo até mesmo caráter trágico. Muitas vezes, a realidade que interessa é a espetacular, confeccionada para emocionar a platéia. “A confecção da realidade espetacular não está apenas no sensacionalismo, (...), os personagens são reais e, no entanto, fabricados – sempre falsos, em alguma medida. Reais porque de fato têm lugar no mundo dos mortais, como pessoas de carne e osso. Fabricados (e falsos) porque sua composição segue uma coerência mais dramática do que propriamente factual” (2000, p. 142).

Ricardo Noblat afirma que os jornalistas valorizam, principalmente, os fatos que podem ter repercussão negativa.

Fora dos manuais, notícia é tudo o que os jornalistas escolhem para oferecer ao público. E, como nós valorizamos principalmente as notícias negativas, o mundo que os meios de comunicação retratam parece muitas vezes pior do que verdadeiramente é (...). É que aprendemos, com anos de ofício, que a notícia está no curioso, não no comum; no que estimula conflitos, não no que inspira

normalidade; no que é capaz de abalar pessoas, estruturas, situações, não no que apascenta ou conforma; no drama e na tragédia e não na comédia ou no divertimento (...). Desconheço se algum jornal tenha tido sucesso de vendas publicando apenas notícias positivas. (NOBLAT, 2002, p.75)

Cita-se, por exemplo, o caso do governador de São Paulo Mário Covas, morto em 6 de março de 2001 após falência múltipla de órgãos, provocada pela proliferação de um câncer. No episódio, narrado no livro “A Era do Escândalo”, de Mário Rosa, o infectologista David Uip, responsável pelos tratamentos médicos de Covas, revela que a mídia não dava muito valor à divulgação dos boletins médicos, a não ser que revelassem algum grave problema. “O fato é que as coletivas despertavam maior interesse da mídia quando eram divulgados fatos graves. O boletim de que a cirurgia foi bem sucedida não tinha o mesmo destaque. É assim que a mídia funciona” (ROSA, 2004, p. 39).

Dentro das novas tendências de pesquisa em comunicação, Mauro Wolf também fala sobre a forma como a mídia cobre os acontecimentos e o enfoque que dá para eles. “Há uma lógica específica da mídia (ligada às suas exigências de produção, de expressão, à rede de fontes que usam, às imagens que têm do público etc.), que estrutura de modo muito incisivo a imagem dos acontecimentos cobertos” (WOLF, 2003, p. 190)

Esse processo de produção da notícia passa pelas etapas de seleção do evento (valores/notícia ou critérios de noticiabilidade) e de sua apresentação. Os critérios de valores/notícia passam pelos fatores de importância e interesse da notícia. Segundo Mauro Wolf, a importância é determinada por quatro variáveis: grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve; e relevância e significatividade do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação.

O fator interesse, por sua vez, dá lugar a uma avaliação mais subjetiva. “Enquanto as notícias consideradas importantes são, num certo sentido, selecionadas ‘obrigatoriamente’, o elemento do interesse dá lugar a uma avaliação mais heterogênea, mais aberta às opiniões subjetivas, menos vinculadora para todos” (WOLF, 2003, p. 213). Assim, explica ele, interessantes são os relatos que valorizam o lado humano dos fatos. “São as notícias que buscam dar ao evento uma

interpretação baseada no lado do ‘interesse humano’, do ponto de vista insólito, das pequenas curiosidades que atraem a atenção” (WOLF, 2003, p. 213).

2.4 Assessorias de imprensa

Diante dessas peculiaridades da mídia e da certeza de que determinados acontecimentos serão divulgados massivamente pelos meios de comunicação e poderão desencadear crises de imagem nas organizações envolvidas, essas instituições têm de estar preparadas para lidar com a mídia. E é justamente para cuidar dessa imagem, dessa credibilidade, que surgiram as assessorias de imprensa, cuja origem foi no início do século 20.

De acordo com Jorge Duarte, o jornalista americano Ivy Lee inventou, em 1906, a atividade especializada chamada, hoje, de assessoria de imprensa ou assessoria de comunicação. Ele foi o fundador das relações públicas, berço das assessorias de imprensa. Já no Brasil, em São Paulo, em 1971, os jornalistas Reginaldo Finotti e Alaor José Gomes fundaram a Unipress, com uma proposta nova de assessoria de imprensa: a “experimentação de um conceito de transparência nas relações da Volkswagen com a Imprensa e com a Comunidade” (DUARTE, 2002, p. 45).

Assim, Duarte explica que os assessores começaram a se tornar efetivo ponto de apoio de repórteres e editores (como um tipo de extensão das redações) ao agirem como intermediários qualificados, estabelecendo aproximação eficiente entre fontes de informação e imprensa. De um lado, auxiliaram os jornalistas ao fornecer informações confiáveis e facilitar o acesso. De outro, orientaram fontes na compreensão sobre as características da imprensa, a necessidade e as vantagens de um relacionamento transparente.

Com a introdução dos comunicadores nas empresas e órgãos, o “jornalismo tornou-se espaço público de socialização dos discursos particulares (...). As relações com a imprensa passaram a constituir preocupação prioritária na estratégia das instituições, tanto as empresariais quanto as governamentais, para as interações com a sociedade” (DUARTE, 2002, p. 33).

Mesmo diante dessa poderosa ferramenta de comunicação, o autor observa que “nenhuma empresa, por mais sólida, admirada e moderna que seja, está imune à crise” (DUARTE, 2002, p. 363). Mas ele avalia que, embora as crises sejam

inevitáveis, elas nem sempre geram uma catástrofe. A maioria delas, se bem administrada, pode ser superada. “Existem princípios, normas de conduta, ações pró-ativas que poderão reverter situações críticas e difíceis em benefício da empresa” (DUARTE, 2002, p. 363).

Mário Rosa, por sua vez, acrescenta que, “o grande desafio do gerenciamento de imagem em situações de crise é fazer com que a percepção de diversas ações seja a mais positiva possível” (ROSA, 2003, p. 71). Duarte analisa que a resposta a uma crise “depende de uma série de atitudes, ações preventivas, experiência e de como o planejamento estratégico das empresas, até agora tão cuidadoso em traçar diretrizes e metas, leva em conta possíveis riscos, que podem frustrar todo o sucesso obtido nos negócios” (DUARTE, 2002, p. 364).

Assim, diz ele, o importante é fazer com que os desdobramentos do ataque à imagem não afetem os negócios, em curto prazo, e a própria imagem ou o futuro da instituição, em longo prazo. Por isso, diz Caponigro (2000), “a decisão estratégica de como comunicar durante e depois de uma crise é uma das mais importantes” durante a administração da comunicação em uma situação que afete a imagem de uma empresa. Esse gerenciamento “consiste em todos os passos que a organização irá tomar no sentido de esclarecer, por todas as formas e meios, todos os seus públicos (interno e externo), com vistas a evitar estragos ainda maiores à sua imagem (...). A administração de crise trabalha para minimizar o estrago na reputação da empresa” (DUARTE, 2002, p. 365).

No entender do mesmo autor, outro aspecto a ser considerado no início de uma crise e na relação com a mídia é a velocidade do fluxo de informações. Isso porque, além de alcançar todo o globo, a comunicação dos fatos acontece em tempo real. Os acidentes e crises que, no passado, ficavam restritos ao âmbito da comunidade local, hoje, por menores que sejam, podem ser repercutidos em todo o mundo. Diante desses fatos, em um gerenciamento de crise, não basta que a empresa trabalhe a comunicação, “é imperativo criar uma cultura de comunicação em tempo real” (DUARTE, 2002, p. 367).

3 Gerenciamento de crises

3.1 Como evitar uma crise

O Plano de Gerenciamento de Crises (PGC) é um conjunto de ações preventivas e parte da premissa de que os eventos com potencial para detonar uma crise seguem um certo padrão.

Com maior ou menor nível de precisão, é possível prever os desdobramentos de uma crise e fazer um planejamento para situações extremas. (...) A palavra-chave do gerenciamento de crises é prevenção. Adotar uma atitude preventiva significa, na prática, mapear as dificuldades que poderão surgir e definir soluções quando a cabeça não está quente, nem a pressão insuportável. (...) Hora de crise é hora de reagir, e não de planejar. Os planos são decisivos para evitar as catástrofes. (ROSA, 2003, p. 70)

Luciane Lucas reforça que, por meio desse tipo de planejamento, com ações como a evidência de imprevistos e acidentes que determinada operação de negócios envolve, as empresas já conseguiriam se proteger de certos problemas potenciais. “A análise de riscos permite aos executivos economizar somas significativas, estimulando o investimento prévio em ações que exorcizem, por um bom tempo, as catástrofes corporativas” (LUCAS, 2004, p. 33). Ela diz que, em termos práticos, isso significa adotar ferramentas preditivas de gestão para que episódios negativos, como acidentes aéreos por falta de medidas preventivas ou catástrofes ambientais por conta de uma gestão inadequada, não inviabilizem os negócios. “Convém lembrar que todos esses fatores podem, facilmente, se transformar em primeira página nos jornais de grande circulação” (2004, p. 33).

Tatiana de Miranda Jordão, por sua vez, em artigo, enfatiza que é relevante a elaboração de um plano de ações por parte das empresas caso haja um sinal de crise. “Da mesma forma que não é prudente dirigir um automóvel novo sem ter seguro, nenhuma empresa deve estar estabelecida sem ao menos um plano emergencial básico que possa ser posto em ação ao menor sinal de crise”. Jorge Duarte explica que um PGC, sob a ótica da comunicação, consiste em “um conjunto de medidas, posturas e consensos capazes de fazer com que o sucesso de uma

ação no lugar onde ocorreu uma situação adversa possa ser captado como tal” (DUARTE, 2003, p. 70).

Ele enumera seis pontos básicos do PGC (DUARTE, 2003, p. 72 – 74): o primeiro é a avaliação das crises mais prováveis, que consiste no mapeamento dos eventos que podem abater uma organização ou um líder. Esse passo deve apontar, pelo menos, uma provável crise de cada uma das origens: criminosa, de natureza econômica, de informação, desastres industriais, desastres naturais, falhas em equipamentos e construções, de natureza legal, de relações humanas, de risco de vida e regulatórias.

Depois desse mapeamento, o plano deve traçar estratégias para estar preparado para, pelo menos, uma manifestação de crise de cada tipo, além de uma eventual ocorrência simultânea de cada uma delas. O segundo passo do PGC, denominado “comando das situações de crise”, é definir, antes das crises, os líderes que criarão a cultura da organização para enfrentar esse processo. O terceiro, por sua vez, chama-se “a doutrina da crise” e diz respeito à forma como a organização se comportará em cada situação, que ações precisarão ser adotadas preliminarmente e que pessoas serão acionadas. Tudo isso em detalhes.

O quarto passo é a organização de uma “base de dados”. Ela vai desde a preparação prévia de documentos de informação (como todas as medidas de segurança adotadas numa indústria ou todas as revisões feitas numa aeronave) e a reunião de dados aparentemente simples, mas vitais, como o telefone de todos os fornecedores, autoridades, jornalistas e pessoas a serem acionadas até as pesquisas permanentes de opinião (antes, durante e depois da crise) e discursos (mensagens-chaves) previamente definidos para cada tipo de crise prevista.

O quinto passo é a definição do porta-voz, a pessoa que falará em nome da empresa em cada situação. Esse protagonista terá uma cartilha sobre sua forma de atuação. O sexto e último passo é a realização periódica de auditorias de crises. São pesquisas que visam a descobrir potenciais focos de crises em uma organização.

Já Mario Rosa sugere um *check list* para as crises. Esse procedimento consiste na identificação de, no mínimo, dez problemas potenciais que podem afetar a companhia; na especificação para qual seria a repercussão de cada um; na definição primeira mensagem a ser transmitida em relação á cada um deles; na determinação de quem participa do “grupo de crise”; da descrição do que a companhia está preparada para enfrentar; e na pesquisa a respeito da manutenção

de canais de comunicação profissional com a mídia. Além disso, o plano deve oferecer respostas para: o que é uma crise? No que ela se diferencia das crises normais? Quais acontecimentos desse tipo a empresa se sente preparada para enfrentar e por quê? Quais não se sente preparada para enfrentar e por quê?

Em todo esse processo para evitar uma crise, Luciane Lucas destaca a importância dos porta-vozes, que são os executivos ou funcionários que falam em nome da empresa, sempre com delegação da diretoria. Dessa forma, os porta-vozes que falarão a respeito de cada tema devem ser apontados já no PGC e devem dominar todas as informações sobre o assunto. Segundo a autora, também é importante que mais de uma pessoa esteja apta a falar em nome da empresa. Essa descentralização viabiliza o contato permanente com a imprensa, que, de fato, prefere que haja fontes variadas na produção das reportagens.

Mas, mesmo com essa multiplicidade de porta-vozes, ela ressalta que é fundamental assegurar a manutenção de um discurso único na empresa e na divulgação de informações de interesse corporativo. Para manter essa sintonia e unicidade no discurso, as empresas, por meio das equipes de comunicação, realizam o treinamento chamado de *media training*. São regras de apresentação e postura, discurso e situações adversas. Nesse trabalho, os porta-vozes aprendem a se portar diante da imprensa, o que falar e como falar, entre outros quesitos. É importante que esse treinamento faça parte da agenda de trabalho das equipes de comunicação, mas, em momentos de crise, eles devem ser mais intensos. O porta-voz deve ser colocado em uma situação que simule a realidade e, depois disso, devem ser analisados os erros e os problemas estratégicos do seu discurso.

Outra ferramenta de trabalho importante, de acordo com Luciane Lucas, é a análise estratégica do *clipping*. Essa ação consiste na seleção de todo o noticiário sobre o cliente ou assuntos de seu interesse, veiculado tanto na mídia impressa (jornais e revistas) como na eletrônica (TVs e rádios) ou digital (agências e *sites* de notícias). Todo o material deve ser analisado, para saber o que tem sido publicado com conteúdo positivo ou negativo a respeito da companhia para quem, a partir disso, sejam feitas previsões e traçados novos planos de ação.

3.2 Como conter uma crise

Cultura recente no Brasil, o gerenciamento de crises leva em conta a noção de que “investir em imagem não é despesa, mas economia” (DUARTE, 2003, p. 16). Mesmo que as empresas empreendam todo o esforço necessário para evitar uma crise, muitas vezes, situações com repercussão negativa eclodem, seja pela falta de uma ação preventiva, seja pelo fato de o episódio ser inevitável. Depois que uma crise eclode, no entanto, todo o trabalho deve caminhar no sentido de mostrar as ações positivas e os valores da instituição.

Jorge Duarte aponta que a primeira reação de uma instituição diante de uma crise de imagem deve ser assumir o controle tanto dos acontecimentos como do processo de apuração do jornalista. Além disso, segundo o autor, é fundamental oferecer à imprensa uma versão plausível e convincente do fato. Ele diz que, mesmo que isso não assegure a publicação do enfoque oferecido pela organização, “pelo menos tenta interromper a continuação do assunto como pauta” (2002, p. 368).

Em seu artigo, Tatiana de Miranda Jordão reforça que, em caso de crise, “a empresa deve estar pronta para divulgar três mensagens: que está pronta para enfrentar a emergência, em absoluto controle da situação, e que se encontra empenhada em fazer todo o necessário para um desfecho satisfatório para a comunidade envolvida”. Segundo ela, entre os maiores erros e, muitas vezes, imperdoáveis pela opinião pública, estão as mentiras, as especulações, as distorções, as omissões, e a recusa de fornecer aos interessados informação honesta e completa.

A primeira atitude que uma corporação em crise deve tomar é a abertura de canais de comunicação com empregados, clientes, investidores, fornecedores e, principalmente, com a mídia. Comunicação é crucial em caso de crises – rumores afundam onde faltam informações. (JORDÃO, 2003)

A especialista aponta que o treinamento dos executivos ligados aos serviços de atendimentos ao cliente e relações públicas para estarem especialmente sensíveis às reclamações recebidas também é uma importante ferramenta de gerenciamento de crise. Duarte afirma que, além dessas medidas, “adotar uma atitude realista e não tentar minimizar os fatos são ações que podem esvaziar ou minimizar a crise” (2002,

p. 368). Para ele, outro princípio básico é “nunca desprezar uma pauta, por mais adiantado que seja o horário ou por mais difícil que seja o tema” (2003, p. 369).

Na visão de Corrado (1994, p. 163), entre as estratégias para enfrentar notícias negativas estão não fazer coisa alguma; reagir apenas quando algo acontece; ou ser pró-ativo. Para ele, as duas primeiras são arriscadas e desaconselhadas. Por isso, diz o autor, deve-se “contar tudo e depressa”. Caponigro (2000, p.146 – 149), por sua vez, considera que há passos importantes que devem ser tomados pela área de comunicação durante uma crise. O primeiro é identificar todos os públicos que podem ser afetados – ou que esperam ser comunicados sobre – a crise.

Além disso, a empresa deve provar que identificou o problema e que está fazendo algo sobre ele. Ou seja, passar a impressão de omissão é um erro grave durante o gerenciamento de uma crise de imagem. Comunicar um pequeno número de mensagens-chaves ao público apropriado também é importante. Outro passo é divulgar apenas informações que possam ser confirmadas com certeza. Assim como Tatiana de Miranda Jordão, ele afirma que não mentir, não comentar situações hipotéticas e manter a calma também são ações estratégicas.

Outra medida deve ser a manutenção da acessibilidade vinte e quatro horas por dia. A falta de informação é pior que a informação negativa e pode dar a impressão de que a instituição é culpada. Duarte reforça que “omitir-se quando existe uma crise instalada na empresa dá ao jornalista o direito de escrever o que bem entende (...). É preciso desmentir, se for o caso, ou admitir, quando o fato é irreversível, informando as providências tomadas” (2002, p.370). E, segundo a Secom/UnB, foram tomadas medidas importantes para divulgar ações pró-ativas e gerenciar a crise instaurada na instituição por conta do incêndio criminoso na CEU.

3.3 A crise da Casa do Estudante Universitário (CEU) da UnB

Na manhã de 28 de março de 2007, a comunidade da Universidade de Brasília (UnB) iniciou suas atividades assustada com a violência sofrida por alunos africanos moradores da Casa do Estudante Universitário (CEU) na madrugada anterior. Eles acordaram por volta das 4h com as portas de seus alojamentos incendiadas e com muita fumaça no interior dos quartos. Grande parte conseguiu escapar pelas janelas. O fogo atingiu quatro apartamentos, mas não deixou pessoa alguma ferida. Para a

Secom/UnB, o caso foi considerado a maior crise de imagem da gestão (2005-2009) do atual reitor, Timothy Mulholland, até o momento da realização desta pesquisa.

Cerca de 100 estudantes estrangeiros da África e da América do Sul estudam (dados de 2007) tanto na graduação como na pós-graduação da UnB graças ao Programa de Estudantes Convênio (PEC). Por meio desse programa, ingressam na universidade, anualmente, entre 15 e 20 alunos com proficiência em Língua Portuguesa. A UnB passou a fazer parte desse programa no início dos anos 1990. A seleção é feita pela embaixada brasileira nos países natais dos estudantes por meio de provas e entrevistas. Para a moradia deles, são reservadas 5% das vagas da CEU, o que permite a estadia de 23 pessoas de várias nacionalidades.

Apesar da disponibilização desse espaço, o incêndio, considerado criminoso pela polícia, trouxe à tona, de acordo com o que foi publicado pelos jornais, a ausência de regras de convivência dentro da CEU; a falta de políticas e de um espaço apropriado por parte da universidade para acolher os estudantes africanos (que ingressaram na instituição por meio de acordos de cooperação com outras universidades); e a insegurança vivida cotidianamente por esses universitários.

E, assim como foi estudado no tópico 2.2 deste trabalho, no caso de uma organização, todo o esforço para ganhar credibilidade junto à opinião pública por meio da divulgação de projetos cuja tônica seja a responsabilidade social pode ser jogado fora com um acontecimento como este incêndio. A universidade também mantém, desde 2002, a política de cotas - por meio da qual destina 20% das vagas do vestibular tradicional para negros - e zela pela imagem de que defende a inclusão de minorias. O incêndio criminoso demonstrou, sob a luz da análise da cobertura jornalística do caso, uma lacuna nessas políticas e o clima hostil vivido dentro da CEU, além da presença de atitudes racistas e xenófobas dentro da UnB.

Em coincidência com a linha de pensamento de Mário Rosa, o secretário de Comunicação da UnB, Rodrigo Caetano, explica, em entrevista para este trabalho, que qualquer acontecimento que exponha a universidade interna ou externamente e afete a sua imagem é considerado um foco potencial de crise para a instituição. Ele observa que, no caso específico do incêndio na CEU, o atentado extrapolou os muros do campus. Isso porque os estudantes africanos estão sob responsabilidade não apenas da universidade, mas do Brasil, por meio de órgãos como o Itamaraty e as embaixadas dos países de origem de cada um desses universitários.

Com isso, o caso teve repercussão mundial e foi noticiado até mesmo pela BBC Brasil. Especialistas em gerenciamento de crises discutem a importância do trabalho da comunicação em uma organização para que uma possível crise não atinja a imagem de uma empresa e, conseqüentemente, os lucros. Mas, no caso de uma universidade pública, embora a preocupação também seja financeira, ela vai mais além e entra no âmbito da responsabilidade social. Financeira porque ela capta recursos para o desenvolvimento de projetos, pesquisas e investimento melhorias na estrutura física, entre outras metas. E, para conseguir esses recursos por parte do poder público, é fundamental demonstrar que a universidade é bem gerida e desenvolve projetos positivos e importantes para a sociedade.

Por outro lado, o cuidado com a imagem em uma instituição pública como a UnB é uma iniciativa de responsabilidade social porque tudo o que se faz nela é por meio do dinheiro investido pela sociedade. Dessa forma, as pesquisas realizadas e a transparência nas ações desenvolvidas e na aplicação dos recursos captados são uma resposta à população. Portanto, demonstrar negligência e irresponsabilidade na administração é o início do calvário para uma universidade pública.

O incêndio na CEU não foi a primeira crise de imagem que a Secom/UnB enfrentou. Em 2004, as denúncias de tentativa de fraude em concursos realizados pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe) da universidade foram estampadas nos principais jornais do país e levaram a universidade a uma crise sem precedentes. O órgão é uma das maiores fontes de captação de recursos da universidade e ajuda a manter, por exemplo, o Restaurante Universitário (RU) da UnB, com repasse de recursos na ordem de mais de R\$ 1 milhão por ano.

Depois disso, em 2004, a UnB adotou a política de cotas para negros, decisão com potencial para desencadear o início de uma crise, pois desagradou grande parte da população do Distrito Federal e nacional. Nesses casos, o trabalho de comunicação foi fundamental, mas apenas para “apagar o fogo” e conter a crise de imagem. E, mesmo depois de esses problemas, a universidade não desenvolveu um Plano de Gerenciamento de Crises (PGC). Apenas a partir do início de 2007, a Secom/UnB passou a elaborar planos de mídia sobre casos em específico. No entanto, até a conclusão deste estudo, a instituição ainda não havia elaborado um plano com a análise de riscos e com a evidência de possíveis focos de crise, além de medidas a serem tomadas para cada um deles.

Para se ter noção, no caso da intolerância dentro da CEU que teve o seu estopim no incêndio criminoso, os estudantes africanos já haviam tido problemas em novembro de 2006, quando foi registrada uma briga entre um graduando africano e um brasileiro. Segundo informações da UnB, à época, a investigação não mostrou conotação racial no conflito e os universitários foram punidos com advertência e suspensão. Mas, em fevereiro de 2007, os estudantes africanos sofreram nova ameaça, e, dessa vez, mais ousada. No episódio, paredes dos blocos amanheceram pichadas com a frase “Morte aos estrangeiros”. Cruzes feitas com tintas também marcavam as portas dos apartamentos ocupados pelos graduandos oriundos de países africanos. Para piorar a situação, as reclamações de problemas de convivência no espaço já haviam chegado ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da UnB, unidade responsável pela administração da casa.

Para os moradores, era evidente que o problema não havia terminado em fevereiro. A partir das reportagens a respeito do assunto, verifica-se que eles viviam em constante clima de hostilidade. Mas, em entrevista publicada na página da Secom/UnB no dia 28 de março de 2007, o reitor da UnB, Timothy Mulholland, diz que “nada indicava, àquela época, que se pudesse chegar à intensidade e à gravidade dos fatos da madrugada em que ocorreu o incêndio”. Assim, o assunto foi encerrado no próprio decanato e, segundo Rodrigo Caetano, não foi levado nem para a Reitoria nem para a Secom/UnB, que só ficou sabendo do caso quando ocorreu o incêndio, em março de 2007. Por isso, mais uma vez, o trabalho da secretaria foi para “apagar o fogo” e não para evitar a crise.

Rodrigo Caetano reconhece que a instituição poderia ter sido mais pró-ativa em relação ao caso. Para ele, embora seja inegável o esforço que a administração empreende para consolidar e ampliar as ações de assistência estudantil na instituição (em 2006, foram investidos R\$ 13,5 milhões em programas que dão suporte em áreas como alimentação e moradia, segundo dados da Secom/UnB), a universidade poderia ter evitado que o problema chegasse a tal ponto. “Foi um problema de comunicação interna. Se a universidade tivesse tido atitudes mais enérgicas no caso, o desgaste não teria sido tão grande”, admite o secretário.

Ele ressalta, porém, que a Secom/UnB já trabalha, desde a crise do Cespe, para implementar dentro da universidade a noção de que a comunicação é importante. Como estudado no tópico 2.2, o caso insere-se bem no desconhecimento generalizado a respeito da importância do trabalho de

comunicação. Apenas depois da crise do Cespe, a administração passou a reconhecer que cabia aos profissionais de comunicação a atuação na gestão da instituição, e a secretaria passou, então, a ser convidada para participar de reuniões periódicas dos conselhos de administração. Segundo Rodrigo Caetano, foi todo um processo de conquista de espaço e de credibilidade e que ainda está em andamento. “As crises sempre são gerenciadas pela comunicação, mas essa é uma questão de cultura organizacional. A crise do Cespe demonstrou a relevância do trabalho de comunicação e abriu novas portas”.

4 Análises e conclusões

4.1 A O trabalho de comunicação da UnB

Considerado uma das mais graves crises de imagem já enfrentadas pela UnB, o incêndio ocorrido na Casa do Estudante Universitário (CEU) da instituição na madrugada de quarta-feira, 28 de março, foi priorizado pela Secom/UnB, que desenvolveu um trabalho massivo para divulgar as ações da universidade em relação ao assunto. Entre os dias 28 de março e 13 de abril, período mais intenso da crise, a universidade publicou, em sua página na internet, 18 matérias, dois artigos, uma nota oficial e uma pensata (reflexão) a respeito do assunto.

Para a produção de matérias, atendimento à imprensa, orientação aos gestores e acompanhamento das entrevistas, o caso mobilizou 13 pessoas da Secom/UnB, entre profissionais de jornalismo e relações públicas. O primeiro dia de trabalho durante a crise foi o mais intenso. Nele, a secretaria publicou sete matérias sobre o incêndio, visando a informar a sociedade e a divulgar as ações tomadas pela instituição em relação ao caso. A mensagem-força da universidade foi: “estamos tomando todas as providências necessárias para garantir a segurança dos estudantes africanos. O caso será investigado e os suspeitos serão punidos”.

Entre 28 de março e 13 de abril, foram feitos 55 atendimentos à imprensa, por telefone, a respeito do atentado. Desses, cinco foram ao Correio Braziliense, veículo impresso em análise nesta pesquisa. A preocupação da Secom/UnB ao estabelecer contato com os jornalistas no caso foi de demonstrar que a universidade não era omissa e que atuava ativamente para resolver os problemas.

Ao longo de mais de 10 dias depois do atentado, a administração da universidade tomou iniciativas e lançou programas de combate ao racismo. Já na tarde do dia em que ocorreu o incêndio, o reitor da UnB, Timothy Mulholland, recebeu a imprensa, em entrevista coletiva, para esclarecer dúvidas sobre o acontecimento. Durante a entrevista, que foi publicada no mesmo dia pela Secom/UnB, em sua página na internet, o reitor falou sobre a possibilidade de racismo; sobre as vitórias que haviam sido realizadas na CEU nos meses anteriores; sobre as normas internas da UnB e as medidas que ela tomaria em relação ao episódio. “A sindicância interna será responsável por apurar os fatos e

indicará se devemos chegar a uma comissão disciplinar, que é o segundo passo para as sanções. Investigaremos a fundo os fatos para identificar eventuais culpados”, foi a mensagem do reitor.

Ele também tocou em assuntos como a possível punição dos culpados, a forma de ingresso dos estudantes africanos e os conflitos antigos. Como medida emergencial, no mesmo dia, os estudantes foram transferidos para outros imóveis da instituição, cuja localização não foi divulgada por questões de segurança.

Na tarde do mesmo dia, em resposta ao incêndio criminoso na CEU, o reitor recebeu os estudantes africanos e outros alunos em seu gabinete. Ele ouviu as demandas do grupo de cerca de 30 pessoas e se comprometeu a fomentar o debate contra o racismo dentro da instituição. Durante a reunião, que durou cerca de duas horas, foi criado o *Programa de Combate ao Racismo e Xenofobia Institucional*, cuja função seria conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da entrada de jovens de outros países na instituição. No entanto, na primeira matéria publicada pela Secom/UnB sobre o incêndio, a universidade descartava a hipótese de racismo, o que se mostrou contraditório em relação à criação deste programa.

Ainda naquela tarde, outros 300 estudantes percorreram o *campus* da UnB em ato de protesto de solidariedade aos alunos africanos que sofreram o atentado. Por volta das 17h, eles lotaram o auditório da Reitoria para pedir mais segurança dentro da CEU e a consolidação de um centro de convivência africana na UnB para ampliar a discussão sobre racismo e xenofobia. A principal reclamação foi a recorrência de atos de violência contra os africanos, tanto de agressões verbais e físicas como de pichações contrárias à permanência deles na universidade.

Segundo o secretário de Comunicação da UnB, Rodrigo Caetano, essa manifestação no auditório da Reitoria foi o pior momento da crise da CEU. “Esse contato dos universitários, muitas vezes, é no sentido de derrubar o reitor, de chamá-lo de incompetente e dizer que a responsabilidade foi dele. Foi necessária muita calma por parte do reitor, que teve de ouvir acusações e expressões do tipo ‘Hitler de barba’. Foi um momento muito difícil”.

Rodrigo Caetano explica que o trabalho de gerenciamento de crise envolveu não só a UnB, mas o governo brasileiro e as embaixadas, já que esses estudantes também estão sob a guarda de outros órgãos. De acordo com ele, a ação foi de acompanhar passo a passo o caso, fazer a cobertura jornalística para informar a sociedade a respeito do assunto e fazer articulações políticas para rechaçar o

atentado. Para isso, inclusive, a UnB buscou outras vozes. Em matéria publicada pela Secom/UnB no dia 5 de abril, por exemplo, deputados, senadores e representantes de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Itamaraty repudiaram a atitude de intolerância.

Nesse texto, os depoimentos a respeito do incêndio demonstraram a expectativa da sociedade em relação aos resultados das investigações policiais e elogiaram as ações tomadas pela UnB, como a proteção aos alunos estrangeiros e a abertura da sindicância interna. Além disso, os parlamentares solidarizaram-se com a universidade e condenaram o incêndio criminoso.

Em 29 de março, um dia após o incêndio, o reitor da UnB publicou uma nota oficial rechaçando o atentado e classificando-o como grave ameaça à segurança e à vida dos moradores. Na nota, ele falou a respeito das providências da universidade, como o acionamento da Polícia Federal para investigar o caso, as medidas de segurança para a proteção à integridade física das vítimas e a abertura de um processo administrativo para apurar os fatos, identificar e punir os responsáveis.

Na mesma data da publicação da nota oficial, o reitor instituiu o dia 28 de março como o *Dia da Igualdade Racial* na instituição. A determinação foi divulgada em encontro com parlamentares das comissões de Direitos Humanos, Educação e Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado. Para engrossar o coro contra o atentado, a UnB mobilizou-se e fez com que estivessem presentes à reunião os deputados federais Vieira da Cunha (PDT-RS); Aldo Rebelo (PC do B-SP); Janete Rocha Pietá (PT-SP); Cristovam Buarque (PDT-DF); Geraldo Mesquita Andrade; e o ouvidor da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (Seppir), Luiz Fernando Martins da Silva.

No dia 2 de abril o Decanato de Extensão (DEX) da universidade criou um fórum permanente de discussão e denúncia sobre racismo e xenofobia e, no dia 5, criou o *Grupo de Trabalho Contra a Discriminação Racial na UnB*. No dia 12 de abril, o reitor foi à CEU para conversar com os estudantes conhecer as demandas deles em relação aos prédios do local. Além dessas ações, a universidade divulgou os investimentos realizados em assistência estudantil e, especificamente, na CEU durante os três anos que antecederam o atentado.

Com se viu, com o desafio de fazer com que a percepção de diversas ações seja a mais positiva possível, a Secom/UnB trabalhou por meio da divulgação de iniciativas para opinião pública. Além disso, durante todo o período, foi realizada a análise estratégica do *clipping* dos principais jornais e agências de notícias do país para dar continuidade às ações de contingenciamento de crise.

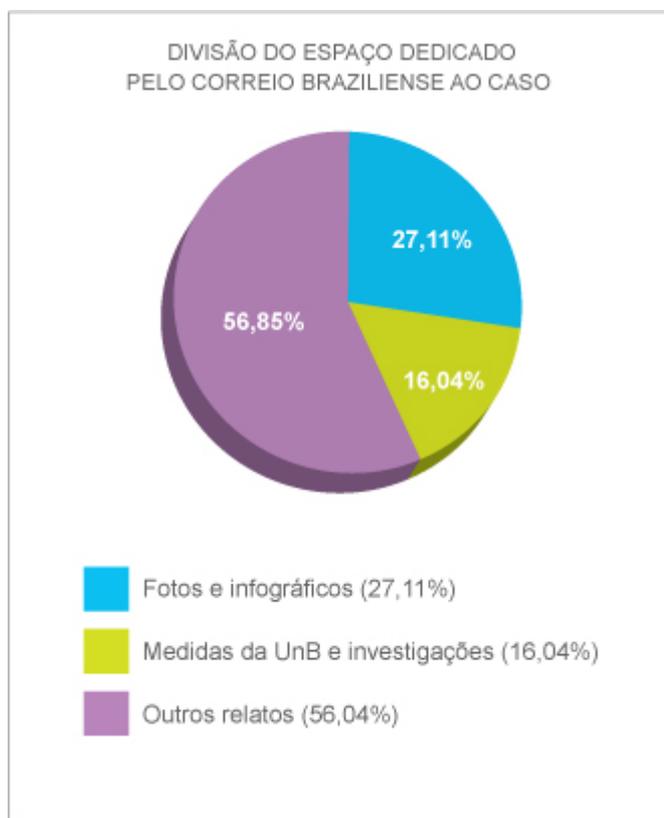
4.2 A cobertura do Correio Braziliense

Entre os dias 29 de março e 14 de abril, o Correio Braziliense publicou 10 matérias, uma sub-matéria, dois editoriais, dois artigos, um nota e uma nota de repúdio em relação ao incêndio na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade de Brasília (UnB), ocorrido na madrugada da quarta-feira, 28 de março. A última foi assinada pelo assessor de Diversidade da UnB, Jaques Jesus, e publicada no espaço reservado para cartas ao Sr. Redator, na página de Opinião. Nesse período, foram reservados 365,5 centímetros quadrados (cm²) para chamadas sobre o incêndio na capa do jornal. O assunto foi a manchete de capa no primeiro dia de cobertura, recebeu segundo lugar de destaque no segundo dia e em outras duas ocasiões recebeu chamada no “pé” da capa.

Ao todo, no período em análise, o Correio Braziliense reservou espaço de 4.852 cm² para publicação de informações a respeito do assunto (além do espaço reservado na capa, citado anteriormente), o que equivale a, aproximadamente, três páginas totalmente preenchidas do jornal. Desses, 1.315,5 cm² foram para fotografias e infográficos. Com isso, restaram 3.536,5 cm² para informações em forma de texto corrido. Deste espaço, 778,5 cm² (o que equivale a 22,01% do espaço para texto e 16,04% do espaço total reservado para o assunto no período em análise) foram dedicados apenas às iniciativas de segurança tomadas pela UnB, às investigações e às manifestações de repúdio, tanto por parte de representantes da universidade como de parlamentares.

No entanto, embora apenas 22,01% do espaço dos textos tenha sido dedicado às medidas e ações da universidade, o ponto de vista da UnB esteve presente em todas as matérias publicadas pelo Correio Braziliense sobre o assunto, no período em análise nesta pesquisa. De acordo com uma das repórteres que fez a cobertura e que acompanhou o primeiro dia da crise, Elisa Tecles, em entrevista para esta pesquisa, o jornal preocupou-se em ouvir sempre o lado da universidade por conta

da apuração interna e da política de sempre procurar o órgão público envolvido, mesmo que seja para ele dizer que não se pronunciará.



Elisa Tecles explica que, como não havia feridos no incêndio, o que tornou o acontecimento importante do ponto de vista dos critérios de noticiabilidade foi o seu valor simbólico. “O mais sério de tudo é que estava claro que foi algo intencional. Vimos os tijolos cobertos com pano e não havia como os africanos saírem”. E esse é justamente o “caráter simbólico” de que se revestem os acontecimentos” a respeito do qual Mário Rosa fala e que “tornam as crises de imagem inevitáveis” (2001, p. 26), assunto esse já abordado no tópico 3.1 desta pesquisa.

Ela conta que, no dia do atentado, não enfrentou dificuldades para conseguir informações por parte da Secom/UnB. A única dúvida que teve, lembra-se, foi em relação ao número de vigilantes na CEU. Ao longo do dia, conseguiu números diferentes e, no fim, publicou os divulgados pelo reitor, já que ele era fonte oficial.

No dia 29 de março, o episódio foi manchete de capa do jornal, que, no mesmo dia, publicou duas matérias sobre o assunto, ambas assinadas por Elisa Tecles. A primeira, intitulada “Incêndio Criminoso” passou uma impressão neutra a respeito da

universidade, pois, além de trazer o factual, com depoimentos de duas vítimas do atentado, também trouxe o posicionamento da UnB e demonstrou as ações da instituição. A vigilância foi intensificada e os estudantes atingidos foram levados a apartamentos provisórios.

A mensagem-força da instituição, já citada no tópico 4.1 desta pesquisa, foi “comprada” pela reportagem e reforçada no decorrer da cobertura. Para se ter noção, a fala do reitor da UnB, Timothy Mulholland, na primeira matéria publicada pelo Correio Braziliense sobre o incêndio, dizia: “Estamos oferecendo moradia e apoio psicológico para os alunos. Eles estarão seguros, em condições de continuarem estudando na UnB (...) Quando identificados, os responsáveis podem ser advertidos, suspensos ou até mesmo expulsos”. A segunda matéria, publicada no mesmo dia, já transmitiu uma impressão negativa a respeito da universidade, mas também divulgou, assim como todas as outras reportagens, as ações da UnB.

Por outro lado, o texto demonstrou que, embora os estudantes africanos tenham ingressado na universidade por meio de acordos de cooperação entre a UnB e outras instituições, eles não tinham, à época, um clima de harmonia dentro da CEU nem um conjunto de normas de convivência. Além disso, revelou a insegurança dos universitários de origem africana dentro da instituição e a falta de um número suficiente de vigilantes no local, além da ausência de uma política e um espaço próprio para esses alunos.

A matéria também tocou em um ponto importante do caso: o sistema de cotas da universidade, que, desde 2002, reserva 20% das vagas do vestibular tradicional para negros. Em contraponto a essa política institucional e ao esforço por parte da UnB de transmitir a imagem de que se preocupa com as minorias, um personagem da matéria afirma, inclusive, que “não se pode aceitar que aconteça uma coisa dessa na instituição”.

O texto, por outro lado, também divulgou a criação do *Programa de Combate ao Racismo e Xenofobia Institucional* por parte da UnB e a mobilização dos universitários em favor das vítimas. Mais uma vez o jornal demonstrou as ações da universidade. Mas, repetindo o erro cometido pela cobertura da Secom/UnB (já citado no tópico 4.1), a reportagem mostrou-se contraditória. Isso porque, assim como no material divulgado pela secretaria, o texto trouxe, no segundo parágrafo, a informação de que a universidade não considerava a hipótese de racismo ou xenofobia no caso, sendo que no mesmo dia foi criado um programa de combate ao

racismo. Se a universidade realmente não considerasse a hipótese desse tipo de preconceito, não teria criado o programa.

No dia 30 de março, o caso ocupa o segundo lugar de destaque na capa do Correio Braziliense, que, neste dia, publica uma matéria sobre o assunto. A reportagem, intitulada “Reação à Xenofobia”, embora mostre o ambiente hostil da CEU, as vítimas traumatizadas e a situação insustentável que havia sido instaurada na casa, já traz as ações da universidade desde o primeiro parágrafo e reitera a mensagem-forma do trabalho de comunicação realizado pela Secom/UnB. No mesmo texto, a nota oficial de repúdio publicada pelo reitor Timothy Mulholland e a criação do Dia da Igualdade Racial na UnB (28 de março) foram divulgadas, demonstrando mais uma vez as ações da universidade.

O editorial do dia 30 de março, por sua vez, ressaltou aspectos negativos da universidade, mas também apresentou ações da instituição, considerando o caso “isolado”. O editorialista cobrou ações e questionou a postura do reitor de apenas suspender ou advertir os criminosos. “Expulsão da universidade é o mínimo a ser pago”. O autor demonstrou, mais uma vez, a falta de segurança de da falta de uma política de convivência saudável entre estudantes brasileiros e africanos. No entanto, em matéria publicada pelo jornal no mesmo dia desse editorial, havia a informação, divulgada pela universidade, de que os culpados poderiam ser expulsos.

No dia 31 de março, o jornal publicou duas matérias, um editorial e dedicou uma chamada de pé na capa para o assunto. A primeira, intitulada “Incêndio Planejado”, apontou que o crime foi premeditado e revelou, mais uma vez, o clima de animosidade entre estudantes brasileiros e africanos dentro da CEU. O mesmo texto, por outro lado, falou sobre o processo de investigação tanto das polícias Civil e Federal como do Ministério Público e da UnB. A segunda matéria do dia, “Alunos reclamam de hostilidade”, toca justamente no ponto citado pelo secretário de Comunicação da UnB, Rodrigo Caetano, no tópico 4.1, de que o problema de convivência já era público, mas não foram tomadas providências para solucioná-lo. No mesmo texto, senadores condenaram o incêndio. Já no editorial, a editorialista expôs o caso e criticou, em aspectos gerais, o fato de que, apesar do desenvolvimento da sociedade, algumas pessoas ainda viverem em “cavernas da ignorância”.

No dia 1º de abril, o jornal trouxe apenas uma matéria sobre o assunto, que, neste dia, não recebeu chamada na capa. Intitulada “Alunos denunciam

intolerância”, ela lembrou, mais uma vez, que as raízes do problema e o clima de hostilidade não eram recentes e demonstrou a falta de ações preventivas por parte da universidade. Já a nota publicada no dia 2 de abril foi dedicada apenas à primeira reunião do *Programa de Combate ao Racismo e Xenofobia Institucional*, o que revelou a postura pró-ativa da universidade em relação ao incêndio.

No dia 3 de abril, o jornal publicou apenas uma matéria sobre o incêndio, que falou sobre a inspeção feita pela universidade para retirar os graduandos que estavam em situação irregular na CEU. O texto foi totalmente dedicado às iniciativas da universidade, mas também lembrou os problemas de convivência do local. A matéria do dia 4 de abril comentou a manifestação de estudantes no *campus* para cobrar ações e punições aos responsáveis pelo incêndio.

No dia 5 de abril, o jornal publicou uma matéria e uma sub-matéria sobre o assunto, que receberam uma chamada de “pé” na capa. Os textos falaram, respectivamente, sobre as manifestações dos estudantes para entregar ao reitor uma carta pedindo o comprometimento da universidade no combate ao racismo e sobre as queixas de rixas dentro da Casa do Estudante, revelando novamente o clima de hostilidade. Por outro lado, os textos também trazem as ações e medidas da universidade, sempre fazendo o contraponto.

No dia 7 de abril, o jornal publica um artigo, assinado pelo Secretário Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Carlos Moura, que, no texto, reflete sobre o desrespeito e a intolerância. No dia 9 de abril, é publicada uma nota de repúdio, assinada pelo assessor de Diversidade da UnB, Jaques Jesus, rechaçando o atentado. Já no dia 13 de abril, o jornal publica uma matéria e um artigo sobre o assunto. A reportagem fala sobre o retorno dos estudantes à CEU e sobre as ações da universidade para viabilizar esse processo com segurança. O artigo, assinado pela diretora do Instituto da Mulher Negra, Sueli Carneiro, aponta o incêndio como um crime racista.

4.2 Conclusão

De posse dos dados apurados e sob a luz das definições de crise do Instituto de Gerenciamento de Crise (IGC), esta pesquisadora concluiu que o incêndio ocorrido na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade de Brasília

(UnB) foi o ápice de uma “crise latente”, suprimida, que estava em andamento. Neste caso, houve falha de comunicação interna e, até o dia do incêndio, o problema não havia chegado ao conhecimento da Reitoria da universidade e, por isso, não recebera a atenção de que precisava.

De acordo com a Secom/UnB, o caso havia chegado ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da instituição, responsável pela CEU, mas não foi repassado nem para a Reitoria nem para a própria Secom/UnB. Portanto, a crise foi resultado de um gerenciamento que não agiu quando foi informado a respeito da situação. Afirmar que a Reitoria não havia sido comunicada sobre os problemas de convivência dentro da CEU não exime a universidade de se responsabilizar sobre o caso.

Como apontado nesta pesquisa, o Plano de Gerenciamento de Crise (PGC) é um dos princípios básicos para se evitar uma crise de imagem. E, embora a UnB já tivesse passado por outras crises, como a das acusações de fraudes em seleções para concursos públicos realizadas pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe) da instituição, a universidade não elaborou um PGC. Caso o PGC tivesse sido desenvolvido anteriormente, a equipe de comunicação, provavelmente, já teria conhecimento sobre o caso.

Isso porque, na elaboração de um plano como esse, a gerência não espera ser comunicada. Pelo contrário, com uma postura pró-ativa na apuração sobre o que acontece na instituição, ela busca soluções antecipadamente junto aos órgãos competentes. Além disso, na mesma linha dos equívocos citados no tópico 2.2 deste trabalho, a administração da universidade cometeu o erro de ignorar a importância do trabalho de comunicação ao não informar o que acontecia na CEU.

Por outro lado, depois de detonada a crise, a universidade trabalhou ativamente para contê-la e divulgar ações positivas e venceu o grande desafio do gerenciamento de imagem em situações de crise, apontado por Mário Rosa: o “de fazer com que a percepção de diversas ações seja a mais positiva possível” (2003, p.71). Na análise das matérias publicadas pelo Correio Braziliense sobre o incêndio entre os dias 29 de março e 13 de abril de 2007, esta pesquisadora analisou que, embora apenas 22,01% do espaço dos textos tenha sido dedicado às medidas e às ações da universidade, a UnB dialogou e participou das reportagens e o seu ponto de vista esteve presente em toda a cobertura, o que responde positivamente à pergunta-problema deste trabalho: detectar se o jornal divulgou as ações da

universidade no caso do incêndio ocorrido na CEU, levando em conta o trabalho da Secom/UnB no período em estudo.

O único problema detectado na divulgação de informações por parte da Secom/UnB foi, no primeiro dia do incêndio, a falta de unicidade de discurso. Tanto na primeira matéria publicada pela Secom/UnB como no primeiro texto publicado pelo Correio Braziliense sobre o caso, descartava-se a possibilidade de racismo e xenofobia no caso, mas a idéia de que o ato fora motivado por preconceito foi posteriormente adotada pela instituição.

Observa-se que, até o momento da conclusão desta pesquisa, na visão da Secom/UnB, a crise de imagem desencadeada pelo incêndio na CEU não havia terminado. Para o secretário de Comunicação da universidade, Rodrigo Caetano, a crise tinha sido apenas minimizada pela conclusão do inquérito da Polícia Federal (PF) sobre o caso e só seria encerrada quando os responsáveis fossem punidos e não se tocasse mais no assunto.

O documento da PF, baseado em material biológico encontrado no local do incêndio, indiciou três estudantes da instituição, moradores da casa, por expor a vida e a integridade física dos alunos africanos a risco e causar danos aos bens de uma fundação pública federal (a UnB). Também apontou um dos universitários como o “mentor intelectual” dos outros dois. Até a data de conclusão dessa pesquisa, aguardava-se a conclusão do documento da Sindicância Interna da UnB sobre o incêndio, que seria acrescido pelo relatório da PF.

Portanto, depois de todos os dados apresentados, as lições que ficam tanto para a pesquisadora como para a universidade são a necessidade de uma postura pró-ativa no trabalho de comunicação interna e da elaboração do PGC.

Referências

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAPONIGRO, Jeffrey R. *The crisis conselour*. Chicago: Contemporary Books, 2000.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Cem anos de assessoria de imprensa*. In: DUARTE, Jorge. *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia*. São Paulo: Atlas, 2002, p. 33-51.

CHINEM, Rivaldo. *Assessoria de imprensa: como fazer*. São Paulo: Summus, 2003.

CORRADO, Frank M. *A Força da Comunicação*. São Paulo: Makron Books, 1994.

DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

DUARTE, Jorge. *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica*. São Paulo: Atlas, 2002.

ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

LOPES, Marilene. *Quem tem medo de ser notícia?* São Paulo: Makron Books, 2000.

LUCAS, Luciane. *Com credibilidade não se brinca: a identidade corporativa como diferencial nos negócios*. São Paulo: Summus, 2004.

NEVES, Roberto de Castro. *Imagem empresarial: como as organizações (e as pessoas) podem proteger e tirar partido do seu maior patrimônio*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Contexto, 2002. – (Coleção comunicação).

ROSA, Mário. *A era do escândalo – lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

ROSA, Mário. *A síndrome de Aquiles: como lidar com as crises de imagem*. São Paulo: Editora Gente, 2001.

SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação & pesquisa: projetos para mestrado e doutorado*. São Paulo: Hacker, 2001.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2001.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Artigo

JORDÃO, Tatiana de Miranda. *Gerenciamento de Crise: prepare-se e sobreviva*. Publicado pelo site <http://www.bonde.com.br/colunistas>, em 17/10/2003 e acessado em 16/09/2007.

Jornais

Edições publicadas pelo Correio Braziliense entre 29 de março e 13 de abril de 2007.

Entrevistas

Rodrigo Caetano, secretário de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Concedida em 26 de setembro de 2007.

Elisa Tecles, repórter do caderno de Cidades do Correio Braziliense. Concedida em 1º outubro de 2007.

Sites

www.secom.unb.br

www.crisisexpert.com

www.bonde.com.br/colunistas

Anexos

Anexo A - Material divulgado pela Secretaria de Comunicação (Secom) da Universidade de Brasília (UnB) entre 28 de março e 13 de abril de 2007 sobre o incêndio contra estudantes africanos na Casa do Estudante Universitário (CEU) da instituição.

28/ 03/ 2007 - CASA DO ESTUDANTE



Incêndio criminoso durante a madrugada

Vândalos ateam fogo à porta de quatro apartamentos de alunos africanos. Instituição garantirá novas instalações e segurança

DA REDAÇÃO
Da UnB Agência

Por volta das 3h30 da madrugada de quarta-feira, 28 de março, vândalos atearam fogo à porta de quatro apartamentos de alunos africanos na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade de Brasília (UnB). Os moradores da CEU acordaram assustados e sufocados pela fumaça que tomou conta de todo o prédio.

Cláudio Reis/UnB Agência



Mbalia afirma assustada: "Viemos para o Brasil para estudar, não para morrer"

Assustada, a formanda em Ciências Sociais da UnB Mbalia Queta, 28 anos, conta que ela e três colegas de quarto foram socorridas por outros estudantes, já que não conseguiam abrir a porta em chamas. "Viemos para o Brasil para estudar, não para morrer. Se não tivéssemos ajuda, tudo poderia ser pior porque tinha um botijão de gás ao lado da porta", lamenta Mbalia.



Racky afirma que não tem mais tranquilidade para circular pela UnB

"Ficamos traumatizados com a situação. Não temos mais tranquilidade para andar por aqui", reclama a recém-formada em Letras-Inglês pela UnB Racky Sy, 30 anos, também moradora da CEU. Formando em Ciências Sociais da UnB, Lenine da Silva, 24 anos, não conteve as lágrimas. Indignado com o atentado, o estudante afirma esperar da UnB as providências necessárias para garantir a segurança dentro do *campus*.

“Isso é xenofobia. Alguém poderia ter morrido. A situação ficou muito séria porque passou da fase de ameaças e de bate-boca”, lamenta Silva. A universidade tomou providências imediatas: reforçou a segurança na CEU; lacrou os locais de incêndio para que a perícia fosse feita; acionou as polícias Federal e Civil e garantiu nova moradia e segurança para os estudantes atingidos.

Cláudio Reis/UnB Agência



Silva quer providência para garantir a segurança dos africanos no *campus*

AÇÃO CRIMINOSA - O decano de Assuntos Comunitários da UnB, Reynaldo Tarelho, descarta a possibilidade de crime racial, mas afirma que aguardará até a conclusão dos inquéritos policiais.

“Como professor universitário, não posso acreditar que esse seja o motivo”, destaca o decano.

Ele ressalta que a maior importância, nesse caso, é garantir a segurança dos estudantes e impedir que atos como esse aconteçam novamente. “Caso seja comprovado que foi alguém de dentro da universidade, haverá processo disciplinar que pode resultar em expulsão dos culpados”, destaca Tarelho. Os estudantes atingidos serão transferidos para alojamentos da UnB localizados na Colina.

O procurador-geral da UnB, José Weber Holanda Alves, afirma que o incidente será apurado tanto na instância penal como nas civil e administrativa. Na primeira, a ação pode ser considerada como tentativa de homicídio ou terrorismo. “Identificados os autores, eles também terão de pagar pelo prejuízo ao patrimônio público e, se forem estudantes da universidade, passarão por processo disciplinar e poderão ser expulsos da instituição”, reforça Alves.

Para o reitor da UnB, Timothy Mulholland, há claros indícios de que essa foi uma ação criminosa. “Além da investigação criminal, que corre fora da UnB, a própria universidade fará uma sindicância para apurar os culpados e as causas”, afirma o reitor.

Aguarde novas informações sobre o incêndio na Casa do Estudante da UnB

28/ 03/ 2007 - CASA DO ESTUDANTE



Confira a entrevista coletiva com o reitor

Timothy Mulholland atende à imprensa para esclarecer dúvidas sobre o incêndio na madrugada de quarta-feira, 28 de março

ANDRÉ AUGUSTO CASTRO

Editor da UnB Agência

O reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland (foto), recebeu a imprensa na tarde de quarta-feira, 28 de março, para esclarecer dúvidas sobre o incêndio criminoso ocorrido na madrugada do mesmo dia na Casa do Estudante Universitário (CEU) da instituição. Na ocasião, três apartamentos tiveram suas portas queimadas e houve a tentativa de atingir uma quarta moradia estudantil. Confira os principais trechos:

Roberto Fleury/UnB Agência



RACISMO

Temos de ver com o máximo de seriedade e paciência tudo que está acontecendo. O que queremos é esclarecer o que ocorreu para os alunos, a sociedade e os países que têm estudantes na UnB, sob a nossa guarda. As investigações criminais indicarão muito sobre isso e precisamos esperar os resultados para tomarmos qualquer medida. Tratamos esse assunto como algo que precisa ser apurado a fundo e com cuidado.

EXTINTORES

A CEU foi vistoriada há uma semana e todos os extintores estavam carregados e dentro do prazo de validade. Tudo indica que a situação era a mesma durante a madrugada em que o incêndio criminoso aconteceu.

MEDIDAS DA UnB

A norma interna da universidade prevê a realização de sindicância, feita por uma comissão instalada ainda nessa tarde. Ela será responsável por apurar os fatos e indicará se devemos chegar a uma comissão disciplinar, que é o segundo passo para as sanções. Investigaremos a fundo os fatos para identificar eventuais culpados.

ESTUDANTES ATINGIDOS

Já foi feito contato com o Itamaraty e o Ministério da Educação (MEC) para informar sobre o ocorrido. Os estudantes atingidos serão transferidos para outro imóvel da universidade enquanto o processo é apurado e serão acompanhados pela equipe de psicólogos da instituição, que darão todo o apoio necessário. Dessa forma, eles poderão continuar suas vidas e estudos com segurança, que é o que desejamos.

SUSPEITOS

A UnB ainda não sabe quem foi o autor, ou os autores, do incêndio criminoso. Aguardaremos as investigações policiais para que isso seja esclarecido.

PUNIÇÃO DOS CULPADOS

Existem dois caminhos nessa questão. Um é criminal, que cabe à Polícia Federal apurar e apontar os culpados para responderem à justiça. A parte administrativa interna cabe à própria UnB e pode resultar em advertência, suspensão ou expulsão caso haja servidores, professores ou estudantes envolvidos.

PARCERIA INTERNACIONAL

Esses estudantes africanos que estudam na UnB são admitidos por meio de convênios firmados com os países natais deles. Não há diminuição do número de vagas no vestibular por conta disso e essas parcerias acontecem com diversas universidades brasileiras. Queremos o contato entre os alunos brasileiros e estrangeiros e prezamos por um bom convívio entre eles. Na Casa do Estudante, os estrangeiros, seja de que país forem, têm uma cota de 5% das vagas, o que, atualmente, permite a permanência de 23 pessoas de várias nacionalidades.

SEGURANÇA

Pedimos apoio à Polícia Federal para a investigação e a proteção dos estudantes atingidos. Além disso, já destacamos quatro seguranças para ficarem nos dois andares de cada prédio da Casa do Estudante Universitário. Agora, o efetivo é de seis homens: dois nas entradas e um em cada andar dos dois prédios.

PICHAÇÕES

O Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), responsável pela assistência estudantil na UnB, registrou uma ocorrência de pichações contra os estudantes africanos da instituição. Não se chegou a abrir inquérito policial formal sobre isso, mas a equipe do DAC atuou para pacificar os ânimos e resolver tudo com diálogo, meio tradicional na comunidade acadêmica. Nada indicava, àquela época, que pudesse chegar à intensidade e gravidade dos fatos dessa madrugada.

CONFLITOS ANTIGOS

Foi registrada, em novembro de 2006, uma briga entre um estudante africano e um brasileiro. À época, a investigação não mostrou conotação racial no conflito. Os alunos foram punidos com advertência e suspensão. No entanto, a CEU existe há 40 anos e não foi registrada nenhuma ocorrência desse tipo antes. A convivência sempre foi pacífica.

28/ 03/ 2007 - CASA DO ESTUDANTE



UnB cria programa contra racismo

Reitor recebe estudantes e institui grupo para implantar e discutir ações de combate ao preconceito na universidade

RACHEL LIBRELON

Da Assessoria de Comunicação

Em resposta ao incêndio criminoso provocado na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade de Brasília (UnB) - na madrugada de quarta-feira, 28 de março - o reitor da instituição, Timothy Mulholland, recebeu os estudantes africanos e outros alunos no gabinete no início da tarde do mesmo dia. No Salão de Atos da Reitoria, Mulholland ouviu as demandas do grupo de cerca de 30 pessoas, respondeu a questionamentos e se comprometeu a fomentar o debate contra o racismo dentro da instituição.

Da reunião de quase duas horas saiu a criação de um *Programa de Combate ao Racismo e Xenofobia Institucional*, que é a incapacidade coletiva de evitar comportamentos e atitudes preconceituosas, mesmo que não intencionais. O programa terá como função conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da vinda de jovens de outros países para a UnB e da ação para promover a tolerância entre raças e nacionalidades diversas. "O Brasil mentiu para si mesmo durante décadas, talvez séculos sobre o racismo que tem. O que aconteceu aqui é profundamente lamentável", declarou Mulholland.

RESPOSTA - O reitor reforçou o apoio aos estudantes africanos (vítimas do atentado da madrugada de quarta-feira) e afirmou que todas as medidas institucionais possíveis serão tomadas para garantir a permanência e a segurança deles na UnB. Como medida emergencial, eles serão transferidos para outros imóveis da instituição. "Os estudantes estrangeiros vêm enriquecer a UnB", destacou o reitor.

Presente à reunião, o assessor da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ivair Augusto Alves dos Santos, aprovou a decisão do reitor de receber, ouvir e responder aos anseios dos estudantes estrangeiros. "Trata-se de uma questão muito delicada, que exige respostas diferenciadas. A universidade respondeu de forma rápida e vamos reforçar o pedido à Polícia Federal para garantir a segurança desses jovens", afirma Ivair, cuja secretaria integrará o programa da UnB.

TERRORISMO - Para a representante da Organização não-governamental EnegreSer, Lia Maria dos Santos, as posições tomadas pela UnB até então - como a criação de um sistema de cotas - não foram suficientes para eliminar o preconceito de raça. O recém-criado programa pode suprir, pelo menos, parte dessa demanda, na avaliação dela. De acordo com a consultora jurídica da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Vilma Francisca (também integrante da reunião na UnB), a secretaria agirá no sentido de estabelecer um programa político de ação afirmativa mais abrangente.

"A idéia é criar uma ação nacional para discutir essa questão em todas as esferas e instituições", afirma. A Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas da UnB acompanhará os debates que levarão

à frente o programa contra o racismo institucional. “Mas esse não é um problema só de um órgão administrativo. É um problema brasileiro”, lembrou o assessor de Diversidade, Jaques de Jesus. “O primeiro passo para combater o racismo é assumir que há uma cultura racista. O combate a esse comportamento dentro da universidade passa por treinamentos em todos os níveis”, comenta Jaques.

Para o estudante Kassoun Deime, 26 anos, recém-graduado em Sociologia pela UnB, é graças ao convênio firmado pela universidade com países africanos e da América do Sul que jovens de países em desenvolvimento têm a oportunidade de se formarem. “Não podemos esquecer as ações positivas. Eu, e acredito que todos os alunos africanos, temos muito a agradecer. Mas o que aconteceu aqui foi um ato de terrorismo e os fatos precisam ser avaliados com essa dimensão”, ressalta. Mulholland concorda que não seria excessivo tratar a ação como atentado terrorista. “Não existe precedente de um problema como esse na universidade”, revela o reitor.

CONVÊNIO

Cerca de 100 estudantes estrangeiros da África e da América do Sul estudam hoje na Universidade de Brasília (UnB) graças ao Programa de Estudantes Convênio (PEC), tanto na graduação como na pós. Entre 15 e 20 novos alunos, com proficiência em Língua Portuguesa, ingressam na UnB todos os anos graças ao acordo de cooperação. A idéia é dar a jovens de países em desenvolvimento acesso a conhecimento em nível superior para se transformarem em multiplicadores em seus países de origem.

A UnB passou a fazer parte desse programa no início dos anos 1990. A seleção é feita pela embaixada brasileira nos países natais dos estudantes por meio de provas e entrevistas. São reservadas 5% das vagas na CEU para estudantes estrangeiros. O convênio favorece as relações diplomáticas brasileiras com os países que enviam seus estudantes e representa um fator de enriquecimento cultural para a universidade que os recebe.

28/ 03/ 2007 - CASA DO ESTUDANTE



Passeata contra racismo e xenofobia

Cerca de 300 estudantes da UnB se reúnem para reclamar contra o incêndio criminoso que atingiu a moradia estudantil na madrugada

FLÁVIA LINDGREN

Estagiária da UnB Agência

Por volta das 14h da tarde de quarta-feira, 28 de março, cerca de 300 estudantes de vários cursos da Universidade de Brasília (UnB) se reuniram na frente do Centro Acadêmico (CA) do Departamento de Sociologia para uma manifestação contra o incêndio criminoso ocorrido na madrugada do mesmo dia em três apartamentos da Casa do Estudante Universitário (CEU) da instituição. "Foi racismo e xenofobia", grita um dos líderes da passeata, Rafael Moreira, 22 anos, estudante do 5º semestre de Antropologia.

Moreira diz que é um absurdo ver exemplos claros de racismo e xenofobia acontecerem dentro da universidade e nenhuma providência ser tomada. "Não é a primeira vez que isso acontece. Queremos justiça e segurança", reforça o estudante, que critica a postura da Reitoria diante do ocorrido. "A universidade só se pronuncia quando situações como essa chegam ao limite, e mesmo assim de maneira formal e sem propor soluções", lamenta.

VÍTIMA - Com cartazes nas mãos trazendo as frases *Não ao racismo; Queremos justiça; Não precisamos morrer*; entre outros apelos, eles seguiram até o Auditório Dois Candangos, na expectativa de encontrar o reitor da UnB, Timothy Mulholland. A estudante do 7º semestre de Sociologia Mbalia Queta, 28 anos, se emociona ao gritar a frase: *Vem pra luta contra o racismo vem*. Cansada e chocada com a situação ela dispara. "Sou africana e vim para a UnB estudar e não para morrer. Queria que aqui fosse um lugar de paz", afirma.

Ela foi uma das estudantes que tiveram a porta do apartamento incendiada na madrugada de quarta-feira, 28 de março. "Na hora, achei que fosse morrer", revela a estudante que, apesar do ocorrido, comemora o fato de outros alunos abraçarem a causa contra o racismo, a xenofobia e qualquer outro tipo de preconceito dentro da UnB. "Hoje de manhã me senti muito sozinha e perdida em um país estrangeiro. Agora vejo que tenho pessoas com quem posso contar", diz.

28/ 03/ 2007 - CASA DO ESTUDANTE



Reitor recebe alunos e repudia atentado

Timothy Mulholland ouviu e acatou sugestões para a garantir segurança de alunos africanos

CAMILA RABELO

Repórter da UnB Agência

Depois de percorrerem o *campus* da Universidade de Brasília (UnB) na tarde de quarta-feira, 28 de março, em ato de protesto e solidariedade aos alunos africanos que sofreram o atentado – um incêndio na madrugada do mesmo dia –, cerca de 300 estudantes foram recebidos pelo reitor da instituição, Timothy Mulholland. Por volta de 17h, eles lotaram o Auditório da Reitoria. Os universitários pediram mais segurança na Casa do Estudante Universitário (CEU) e a consolidação de um centro de convivência africana na UnB para ampliar a discussão sobre racismo e xenofobia.

A principal reclamação dos estudantes é a recorrência de atos de violência contra os africanos, sejam agressões verbais e físicas ou pichações contrárias à permanência deles na universidade. “Queremos providências imediatas porque estamos com medo de caminhar na instituição”, reivindica Lino Muniz, 31 anos, que veio de Cabo Verde para estudar Ciência Política na UnB, em 1996. Ciente da gravidade da situação, o reitor da UnB deixou claro que dará prioridade ao assunto: “A universidade sofreu um atentado. Temos de enfrentar essa questão e os nossos esforços serão no sentido de buscar a convivência pacífica entre todos os alunos”.

A CEU, desde a tarde de quarta-feira, 28 de março, já está com um número três vezes maior de seguranças. Além dos dois vigilantes no pavimento térreo – que já trabalhavam no local –, os dois prédios terão um homem em cada andar, 24h em alerta. “Se a comunidade achar necessário a colocação de câmeras, também providenciaremos”, destacou Mulholland. Outra providência já tomada pela instituição refere-se às vítimas. Os estudantes que passaram pelo ato de violência já vão dormir em outro local.

28/ 03/ 2007 - CASA DO ESTUDANTE



PF investigará culpados por incêndio

Delegado afirma que ainda não é possível garantir que os atentados pretendiam ferir os estudantes dos quartos atingidos

RODOLFO BORGES

Da Assessoria de Comunicação

A Polícia Federal (PF) iniciou na quarta-feira, 28 de março, as investigações sobre os incêndios criminosos que ocorreram na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade de Brasília (UnB). Segundo o delegado Francisco Serra Azul, da Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico (Delemaph), já foram coletadas as impressões digitais no local do crime. O material inflamável utilizado para atear fogo às portas dos dormitórios também foi recolhido e será analisado pela perícia. O prazo para essa análise não foi estipulado.

De acordo com Serra Azul, ainda não é possível afirmar que os incêndios tinham a intenção de ferir ou matar os moradores dos apartamentos queimados. Isso porque nenhum deles foi atingido pelo fogo ou se machucou em decorrência do ato. Entretanto, se essa intenção for comprovada, a pena dos culpados pode aumentar ainda mais. "A investigação se inicia com um fim: investigar os danos ao patrimônio. Isso não quer dizer que ela não pode terminar de uma outra maneira", afirmou o delegado, que falou sobre a investigação em coletiva à imprensa.

CRIME QUALIFICADO - A PF não descarta a possibilidade de racismo como motivação para o crime, mas Serra Azul considera precoce antecipar qualquer explicação. Alguns moradores da CEU e testemunhas foram entrevistados por agentes federais sobre os acontecimentos e devem ser convocados para depor nos próximos dias. "Temos mais de um suspeito, mas não podemos precisar esse número por enquanto", afirmou Serra Azul. "Não temos pressa para apontar culpados. É preciso seguir com as investigações com calma", ressaltou.

O delegado disse que também não se pode garantir que os autores do crime sejam estudantes da UnB. Caso sejam descobertos, os culpados pelo incêndio serão enquadrados no artigo 250 do Código Penal, que prevê pena de três a seis anos de reclusão por "*causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem*". "Como a Casa do Estudante é patrimônio público, o crime se torna duplamente qualificado, o que aumenta a pena para um período de cinco a dez anos de reclusão", detalha o delegado.

28/ 03/ 2007 - CASA DO ESTUDANTE



Alunos marcam assembléia para 4 de abril

Depois de quase duas horas de diálogo com o reitor da UnB, sai compromisso conjunto de combater o racismo na instituição

SARITA COELHO

Da Assessoria de Comunicação

Estudantes da Universidade de Brasília (UnB) e a reitoria da instituição assumiram juntos o compromisso de fortalecer a política institucional anti-racismo na quarta-feira, 28 de março, após duas horas de protesto contra o incêndio criminoso ocorrido na Casa do Estudante Universitário (CEU) na madrugada do mesmo dia. A UnB apresentou propostas para atender as reivindicações estudantis e lançou um projeto: o *Programa Indignação Maior que o Medo: Combate ao Racismo e Xenofobia Institucional e o Programa*. Esse último, apresentado pela Decana de Extensão da UnB, Leila Chalub, será desenvolvido com ajuda dos alunos e tem como principal intuito manter um fórum permanente de discussão sobre o tema.

Para manter os debates vivos e estabelecer esse fórum, o líder dos estudantes africanos na UnB, Lino Vaz Moniz, convocou a todos os alunos para uma assembléia geral pelo fim do racismo na quarta-feira, 4 de abril, às 12h no Instituto Central de Ciências (ICC) Norte. Ele também apresentou a proposta de ampliar disciplinas ligadas à história africana com a adoção, em um primeiro momento, de textos de intelectuais africanos no curso de Sociologia.

"Durante toda minha vida acadêmica na UnB, li as idéias de Marx, li sobre Platão e sobre diversos outros autores consagrados. Mas não vi um texto sequer de intelectuais da África, como Amílcar Cabral, que foi um líder em Cabo Verde", protesta. Apesar dos gritos *universidade racista* ensaiados pelos cerca de 100 estudantes presentes no auditório da Reitoria, Lino defendeu o esforço da UnB. "É histórico para essa universidade que o reitor tenha aberto esse canal de diálogo. Sinto-me um brasileiro quando piso neste solo porque ele foi construído com o suor dos nossos pais", afirma.

29/ 03/ 2007 - UnB



NOTA OFICIAL

O **REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA** vem a público manifestar-se em razão dos fatos ocorridos na madrugada do dia 28 de março de 2007 na Casa do Estudante Universitário da UnB, quando três apartamentos, onde residem estudantes africanos, tiveram as suas portas incendiadas, constituindo grave ameaça à segurança e à vida dos moradores:

- I. todas as providências administrativas, de âmbito interno e externo, foram tomadas. A Polícia Federal foi acionada e já abriu inquérito e realizou perícia técnica;
- II. a proteção à integridade física das vítimas foi solicitada à Polícia Federal e a segurança interna foi reforçada;
- III. processo administrativo foi aberto para apurar os fatos e identificar e punir os responsáveis.

A UnB reafirma o seu compromisso histórico com os princípios democráticos e de convívio pacífico e repudia com veemência qualquer forma de agressão ou discriminação.

Brasília, 29 de março de 2007

Timothy Mulholland
Reitor

29/ 03/ 2007 - CASA DO ESTUDANTE



UnB reúne lideranças para buscar soluções

Reitor discute com políticos, especialistas do movimento negro medidas para coibir ações de xenofobia e racismo

DA REDAÇÃO

Da UnB Agência

Logo após o encontro com os estudantes no Auditório da Reitoria, na tarde de quarta-feira, 28 de março, o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, reuniu-se com lideranças políticas envolvidas com a questão racial para buscar soluções para as questões decorrentes do atentado ocorrido na Casa do Estudante Universitário (CEU), na madrugada do mesmo dia. "Queremos tomar as medidas mais corretas para que a justiça seja feita e preservemos os estudantes. Por isso, buscamos essas parcerias", explica o reitor.

No gabinete do reitor, estavam presentes o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Carlos Alberto Reis de Paula; o ouvidor da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiz Fernando Martins da Silva; a deputada distrital e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, Érika Kokay; o secretário-executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Carlos Moura; e o assessor-especial da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ivair Augusto Alves dos Santos, entre outros professores e especialistas.

Durante a reunião, o ouvidor da Seppir afirmou que, na tarde de quarta-feira, 28 de março, foi aberto um procedimento administrativo na secretaria para garantir que os estudantes atingidos pelo incêndio criminoso tenham acompanhamento do Estado. De acordo com Martins da Silva, também foi feita uma representação na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), do Ministério Público Federal (MPF), e no Núcleo de Enfrentamento à Discriminação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Por meio deles, será aberta ainda uma investigação para apurar o atentado.

29/ 03/ 2007 - CASA DO ESTUDANTE



28 de março: Dia da Igualdade Racial na UnB

Depois do incêndio criminoso contra estudantes africanos, instituição registra a data para conscientizar a comunidade acadêmica

ANDRÉ AUGUSTO CASTRO

Editor da UnB Agência

O reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, determinou, nesta quinta-feira que o dia 28 de março seja registrado como *Dia da Igualdade Racial* na instituição. A decisão foi tomada para marcar a data em que estudantes africanos tiveram as portas de seus apartamentos na Casa do Estudante Universitário (CEU) incendiadas em um ato criminoso. O reitor divulgou a determinação em encontro com parlamentares das comissões de Direitos Humanos, Educação e Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado.

Cláudio Reis/UnB Agência



Segundo Valquíria, a investigação do incêndio criminoso é prioridade na PF

Também presente ao encontro, a superintendente da Polícia Federal em Brasília, a delegada Valquíria Souza Teixeira de Andrade, informou que a investigação do incêndio criminoso na UnB será prioridade na Polícia Federal nos próximos dias. Na sexta-feira, 30 de junho, oito pessoas serão ouvidas pelos investigadores responsáveis pelo caso. De acordo com Valquíria, a PF trabalha inicialmente com a infração ao artigo 250 do Código Penal, que prevê pena de três a seis anos de reclusão por "*causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem*".

RACISMO - "Começamos dessa forma porque esse fato está cristalino, independente de novas evidências. Mas também investigaremos se houve ou não a intenção de ferir os estudantes que estavam nos apartamentos", explica a delegada. Para o senador Paulo Paim (PT-SP), o incêndio desperta muita preocupação, especialmente, porque fatos de preconceito racial têm se mostrado em crescimento em Brasília e no Brasil. "Já tivemos até casas de parlamentares negros atingidas por pedras, fora os inúmeros constrangimentos a embaixadores", relata o parlamentar.

Ele faz questão de destacar que esse não é um fato isolado na UnB e no país e que é preciso fortes medidas de resposta. “Essa data marcará um novo momento na história da militância negra no país. O racismo contra negros e índios acontece de forma assustadora em nosso país. Vêm num crescente que culminou nessa ação covarde contra os estudantes africanos”, destaca Paim. Ex-reitor da UnB, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) relata também ter uma lista de casos de racismo na cidade e no país.

Cláudio Reis/UnB Agência



Para Paim, data marca novo momento na história da militância negra

TRISTE LEMBRANÇA - Ele afirma que é necessário preparo para lidar com situações desse tipo, para evitar que se acirrem com o tempo. “Os negros têm lutado para garantir seus direitos e isso irrita a população que reage de forma contrária. Temo que os conflitos aumentem”, afirma Buarque. Para a deputada Janete Rocha Pietá, integrante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o fato ocorrido na UnB desperta profunda indignação. “Esse não é um fato isolado. Só os negros sabem o que significa a cor em determinados locais e situações. Isso lembra a triste história do índio Galdino, que foi queimado em uma parada de ônibus em Brasília”, recorda a deputada.



Cristovam teme que conflitos como o ocorrido na UnB aumentem no país

Cláudio Reis/UnB Agência



Janete afirma que o Brasil tem uma dívida histórica com os afro-descendentes, que continuam relegados a segundo plano. Os deputados elogiaram a agilidade das ações tomadas pela UnB, de reforçar a segurança no local, abrir a discussão sobre racismo e xenofobia e, especialmente, proteger os estudantes africanos vítimas do incêndio criminoso.

“Esse não é um fato isolado. Lembra a triste história do índio Galdino”, diz Janete

Estiveram também presentes à reunião os deputados federais Vieira da Cunha (PDT-RS); Aldo Rebelo (PC do B-SP); Janete Rocha Pietá (PT-SP); os senadores Paulo Paim (PT-RS); Cristovam Buarque (PDT-DF); Geraldo Mesquita (PMDB-AC); a superintendente da Polícia Federal em Brasília, Valquíria Souza Teixeira de Andrade; o ouvidor da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (Seppir), Luiz Fernando Martins da Silva.

02/ 04/ 2007 - CASA DO ESTUDANTE



UnB abre fórum para discutir racismo

Um espaço virtual para a comunidade acadêmica vai receber demandas e denúncias, que serão encaminhadas a um conselho

CAMILA RABELO

Repórter da UnB Agência

A Universidade de Brasília (UnB) já tem um fórum permanente de discussão e denúncia sobre racismo e xenofobia. Ele foi criado pelo Decanato de Extensão (DEX) na tarde de terça-feira, 2 de abril, e está alocado no *link Aprender Virtual*, dentro do **Portal** (www.unb.br). Por meio dele, estudantes, professores e funcionários poderão não apenas colocar sua opinião, como apresentar situações e casos de preconceito que ocorrem na universidade. “É um espaço de interlocução entre a comunidade acadêmica e a administração da instituição sobre o tema”, define a Decana de Extensão, Leila Chalub.

Daiane Souza/UnB Agência



Para Chalub, fórum será espaço de interlocução entre alunos e administração

O fórum é uma das medidas do *Programa Institucional de Combate ao Racismo e à Xenofobia na UnB*, que teve sua primeira reunião na tarde de segunda-feira, 2 de fevereiro. Além do espaço virtual de discussão, durante o encontro foi criado o Conselho de Ouvidoria do programa. Com papel de analisar e promover ações dentro da instituição contra racismo e xenofobia, ele funcionará paralelo ao fórum. Inicialmente, participam do conselho três professores da universidade, um representante da Comissão Especial de Direitos Humanos do Governo Federal e outro do *EnegreSer* – movimento negro da UnB.

“A intenção é que esse trabalho se estenda a todos os departamentos da instituição e que a comunidade se envolva”, afirma Ivair Santos, representante no Conselho de Ouvidoria da Comissão Especial de Direitos Humanos do Governo Federal. Ele e os demais membros do novo órgão se reunirão na próxima quinta-feira, 5 de abril, no DEX, para elaborar o plano de ação do *Programa Institucional de Combate ao Racismo e à Xenofobia na UnB*. Na terça-feira, 10 de abril, a proposta será apresentada a comunidade acadêmica.

03/ 04/ 2007 - MORADIA

UnB não negligencia Casa do Estudante

Dos 334 moradores, 286 estão regulares. Os 48 irregulares já foram notificados. Investimento em infraestrutura é de R\$ 500 mil

DA REDAÇÃO

Da Assessoria de Comunicação

Ao contrário do que acusaram alguns estudantes em entrevista coletiva à imprensa na tarde de segunda-feira, 2 de abril, a Universidade de Brasília (UnB) não é omissa em relação à Casa do Estudante Universitário (CEU) e desenvolve diversas ações voltadas a seus moradores. A residência tem três psicólogos e um assistente social exclusivamente para atender aos alunos. Somente em 2006, 416 sessões particulares foram realizadas para resolver conflitos e ocorrências, além de tratar de questões ligadas à vida acadêmica.

Roberto Fleury/UnB Agência



Casa do Estudante tem 48 moradores irregulares já notificados para sair

Entre 2005 e 2007, a universidade investiu mais de R\$ 500 mil na CEU, com ações que vão desde a impermeabilização dos prédios até a aquisição de equipamento de aquecimento solar para a água que abastece a moradia estudantil (*veja lateral*). Além disso, a UnB montou um laboratório de computação, com 13 máquinas e acesso à internet, que atende a cerca de 600 estudantes por mês; implantou um ônibus de circulação interna que leva os alunos da CEU até a L2 Norte, passando por dentro do *campus* - que circula com 70 pessoas por dia.

A UnB ainda oferece atendimento médico regular (112 consultas em 2006) e refeições (almoço e jantar) durante recessos, greves e feriados. "Somos até acusados de privilegiar os estudantes da CEU porque temos muitos funcionários de baixa renda e outros alunos na mesma situação que não recebem nada quando o Restaurante Universitário fecha em alguma dessas ocasiões", conta o diretor de Desenvolvimento Social do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da UnB, Rubens Mota Campos.

PRIVILÉGIOS - Morador da CEU há dois anos, o estudante do 9º semestre de Letras Português da UnB Deosimar da Costa, 43 anos, enumera os benefícios de morar na universidade. Em Brasília desde 1984, o maranhense conta que, além de não ter de gastos com aluguel, paga apenas R\$ 0,50 por refeições no Restaurante Universitário da instituição. "Se eu fosse pagar aluguel em qualquer cidade do DF, teria de gastar, pelo menos, R\$ 300 por mês, além do transporte", diz Costa.

Ele destaca ainda que os universitários que moram na CEU têm prioridade no atendimento no Serviço de Assistência Médica (SAM) do Hospital Universitário de Brasília (HUB). Mas os benefícios não ficam por aí. Costa revela que os alunos têm direito a praticar esportes no Centro Olímpico (CO) da UnB, com acesso às piscinas e às atividades recreativas. "Nós temos privilégios que a maioria dos quase 25 mil estudantes da UnB não tem", reforça.

IRREGULARIDADE - Em 2006, a DDS realizou três censos para identificar a ocupação de vagas e a estimativa de saída dos estudantes, para atender à demanda que aumenta a cada semestre. Os dados coletados mostraram que dos 334 moradores atuais, 286 estão em situação regular e 48 alunos perderam o direito à moradia no local, por terem sido desligados dos cursos, se formado ou estarem clandestinos - chegam ao CEU como visita e acabam se instalando no apartamento dos moradores.

Todos foram notificados administrativamente pelo Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da UnB, que não pode simplesmente despejá-los. A partir do documento administrativo, eles têm 90 dias para sair antes de o processo ir para a Justiça. "Alguns deles já receberam notificação judicial e, mesmo assim, continuam lá", lamenta o diretor de Desenvolvimento Social do DAC, Rubens Mota Campos.

A demora para a saída chega, em muitos casos, a seis meses ou um ano após iniciado o processo com a notificação administrativa. "As medidas de controle serão mais rigorosas para regularizar a situação. Os nomes dos moradores regulares serão divulgados abertamente", esclarece Campos.

ESTRANGEIROS - Das vagas oferecidas, 5% são destinadas a estudantes estrangeiros, que chegam à UnB por meio de convênio com instituições do país de origem e a universidade brasileira. "Isso faz parte da nossa cultura institucional. Somos uma universidade internacional e incentivamos a convivência entre estrangeiros e brasileiros como forma de aprimorar a formação oferecida", explica o reitor da UnB, Timothy Mulholland.

Ele afirma que não houve omissão: "Agimos quando fomos comunicados e os dois estudantes que brigaram foram punidos. Tanto que passou um ano sem qualquer registro na CEU, até esse incêndio criminoso".

03/ 04/ 2007 - CASA DO ESTUDANTE



Estudantes africanos defendem UnB

Em audiência no Senado Federal, vítimas de atentado afirmam que a ação foi isolada de grupo e agradecem apoio institucional

RACHEL LIBRELON

Da Assessoria de Comunicação

Alunos africanos da Universidade de Brasília (UnB), vítimas de atentado na Casa do Estudante Universitário (CEU) no dia 28 de março, assumiram a defesa da instituição e garantiram que não levarão uma imagem ruim da universidade. Nos discursos que fizeram na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal nesta terça-feira, dia 3 de abril, durante audiência pública, cinco estudantes, entre eles dois moradores dos apartamentos que tiveram as portas queimadas, agradeceram o apoio recebido e chegaram a pedir desculpas por serem os protagonistas do episódio que atraiu o foco das atenções para UnB de uma forma negativa.

"Estou no Brasil há cinco anos e quero tomar o que aconteceu como um fato isolado, que me deu medo. Mas quero ficar e fortalecer os laços do meu país aqui, para todos os nossos colegas", afirmou o estudante Nivaldo Domingos Gomes, 31 anos, de Guiné Bissau, que se forma em Sociologia no final deste semestre. Segundo ele, o incidente do dia 28 não condiz com a imagem brasileira na África. "Quando for embora, não vou só representar o meu país, vou representar o Brasil e a UnB", completou. O estudante de Guiné Bissau, Lenine da Silva, 29 anos, também agradeceu o amparo da universidade.

Emocionado, o estudante do 8º semestre de Sociologia, Helmer Dinis Sequeira, 29 anos, classificou a ação da Casa do Estudante como ato de um grupo isolado. "Foi um grupinho que resolveu pôr fogo", avaliou. Para ele, além da xenofobia e do racismo, outros fatores podem ter levado à barbárie. "O problema é que alguns entendem que nós, africanos, estamos aqui para tirar vagas de estudantes brasileiros. Mas esquecem que há brasileiros estudando em outros países também", destacou.

Apesar de não generalizar a responsabilidade pelo ocorrido, o estudante foi duro ao afirmar que o racismo não é que questão superada no Brasil. "Digo a quem defende que não há racismo, que vire preto um dia para ver o que acontece", disparou, com os olhos marejados.

Cláudio Reis/UnB Agência



Helmer lembrou que também há brasileiros estudando em outros países

AMPARO - Ainda traumatizada por acordar com a porta dos apartamentos em chamas, a estudante de Guiné Bissau, Mbalia Mafory, 28 anos, que se forma em Sociologia neste semestre, também insistiu que a responsabilidade pelo incêndio criminoso não fosse estendida a todos os moradores da Casa do Estudante. "Recebemos apoio de muitos colegas naquele dia que, inclusive, faltaram aula para nos amparar", contou. Mbalia também respondeu às críticas de que africanos que vivem na CEU têm dinheiro. Segundo ela, comprar roupas ou sandálias, mesmo que custem mais caro, em detrimento a outros gastos, faz parte da cultura.

Cláudio Reis/UnB Agência



Mbalia agradeceu o apoio de moradores da Casa do Estudante Universitário

Na avaliação do estudante do Senegal, Kassoum Dieme, 26 anos, a UnB sempre respondeu às demandas dos alunos estrangeiros. Para ele, é preciso que as razões da presença dos africanos no Brasil fiquem claras para toda a comunidade acadêmica. "Não temos mais nada a dizer. O Brasil já se mobilizou muito e isso nos deixa muito felizes e tranquilos", disse sobre os pedidos de desculpas recebidos da universidade e do Senado.

COMPROMISSO - Mulholland reforçou a solidariedade às vítimas do atentado e pediu desculpas pelo que aconteceu. "A UnB está compromissada com a busca da igualdade racial e vem abraçando os estudantes estrangeiros há muito tempo", afirmou o reitor. Segundo ele, o incidente alertou a comunidade acadêmica sobre a urgência de se discutir e obter solução por uma convivência mais democrática na universidade. "A intolerância é inaceitável na UnB", resumiu.

Depois da audiência pública, de que participaram representantes da Fundação Cultural Palmares, do Itamaraty, dos ministérios da Justiça e da Educação, da Polícia Federal, e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, os cinco estudantes africanos foram recebidos pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL). Ele reafirmou o repúdio e o pedido de desculpas dos senadores ao ato e disse que era uma vergonha o atentado contra os estrangeiros. A audiência pública foi proposta pelo senador Paulo Paim (PT/RS).

03/ 04/ 2007 - CASA DO ESTUDANTE



UnB analisará carta anti-racismo

Para o reitor Timothy Mulholland, documento elaborado por manifestantes não difere da filosofia institucional já assumida

SARITA COELHO e **PAULO MESQUITA**
Da Assessoria de Comunicação

O reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, se comprometeu em examinar a carta-compromisso elaborada por representantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE), por lideranças africanas e pelo Coletivo Negro do Distrito Federal e Entorno (EnegreSer). O documento, entregue a ele pessoalmente na tarde desta quarta-feira, 4 de abril, enumera propostas para implementação de uma política institucional anti-racismo. Elaborado como parte das manifestações em repúdio à violência sofrida por estudantes africanos na madrugada do dia 28 de março, o texto trata da ampliação do acesso de negros na universidade, da garantia da permanência deles na UnB e da melhoria das condições de moradia na Casa do Estudante Universitário (CEU).

Roberto Fleury/UnB Agência



Mulholland, reitor da UnB, lembrou que há interesse em enfraquecer ações afirmativas

Para o reitor, em linhas gerais, as propostas contidas no texto não diferem filosoficamente dos compromissos já assumidos e das ações que foram implementadas pela UnB (*veja lateral*). Ele lembrou que não há um consenso sobre a política de cotas para negros na sociedade brasileira e que existe no país o interesse em enfraquecer as ações afirmativas. “Parte da mídia brasileira não concorda com as políticas de ações afirmativas. A tentativa de atribuir o que aconteceu no dia 28 a briguinhas de vizinhos é para desviar atenção dos problemas de igualdade racial no país e, de certa maneira, justificar o que aconteceu”, afirma.

POLÍTICAS EFETIVAS – Segundo Mulholland, os programas de inclusão e assistência estudantil (*veja matéria R\$ 2,9 milhões em assistência estudantil*) adotados pela UnB são avançados em relação às instituições correlatas e ao país. “Não podemos deixar que seja feito qualquer trabalho, interno ou externamente, para destruir o que já foi construído e o que já se avançou”, avalia.

O reitor garantiu ainda que despachará na CEU duas vezes por mês para discutir os problemas da casa. Para finalizar o encontro, a Decana de Extensão, Leila Chalub, convidou todos os representantes de movimentos para a reunião do *Programa Institucional de Combate ao Racismo e à Xenofobia na UnB* a ser realizada nesta quinta-feira, 5 de abril, às 14h no decanato.

05/ 04/ 2007 - CASA DO ESTUDANTE



Entidades repudiam atentado e apóiam UnB

OAB, CNBB, Unesco, parlamentares e governo se solidarizam com universidade e condenam incêndio criminoso contra estrangeiros

DA REDAÇÃO

Da UnB Agência

O fogo criminoso ateadado nas portas dos quartos de estudantes africanos da Universidade de Brasília (UnB), no último dia 28, despertou perplexidade na sociedade brasileira. Instituições, entidades e pessoas historicamente ligadas às questões de direitos humanos repudiam o crime, esperam o resultado das investigações policiais e elogiam as ações tomadas pela UnB, como a proteção aos alunos estrangeiros, a abertura de sindicância interna, a criação de um programa para discutir o racismo e a xenofobia e o acionamento imediato das polícias Civil e Federal.

Confira abaixo opiniões de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); o Itamaraty, além de deputados e senadores.

Divulgação



“O atentado, por sua barbárie que é um crime de preconceito, tem de ser repellido. O Brasil não pode aceitar passivamente a violência racial ou a perpetuação do sistema de discriminação que afasta os negros dos bens sociais. O atentado é a prova cabal de que o Brasil ainda tem preconceito, racismo, e, portanto, merece ações positivas de combate e ações afirmativas no que se refere à inclusão racial. A UnB agiu corretamente quando entendeu o caráter racista do episódio, com medidas punitivas, procurando descobrir os agentes, mas não desprezando a questão daqueles cidadãos vítimas da barbárie. Esse é um episódio que não deve se repetir na

história do país”.

CEZAR BRITTO

Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Daiane Souza/UnB Agência

“A Unesco lamenta o episódio ocorrido na UnB, no dia 28 de março de 2007, no qual estudantes negros africanos tiveram incendiadas as portas de suas moradias. O fato é profundamente preocupante e indica a urgência de uma educação voltada para o respeito à diversidade e à compreensão mútua das diferentes culturas. Sob esse aspecto, a universidade não pode abrir mão de uma de suas mais elevadas missões, que é a de formar mentes verdadeiramente democráticas e éticas, consolidando-se como um espaço privilegiado de não-violência e de construção de uma cultura de paz. Nessa linha de pensamento, a Unesco tem procurado convergir, em escala mundial, o melhor de seus esforços no sentido de construir sociedades onde atos dessa natureza não mais se repitam”

VINCENT DEFOURNY

Representante Interino da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil



Cláudio Reis/UnB Agência



“Não tenho dúvida de que os acontecimentos na UnB, no dia 28 de março, que vitimaram estudantes africanos, constituem um ato de racismo e de xenofobia. Se pudéssemos, utilizaríamos a expressão ‘dupla rejeição da pessoa humana’, pois foi uma prática contra a etnia negra e contra estrangeiros. Louvo a atitude do reitor da UnB, que adotou de imediato as medidas cabíveis junto a Polícia Federal, Polícia Civil, Ministério Público da União, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Ressalto que do episódio podemos extrair várias lições, como a necessidade e precisão da política de cotas para negros não só na UnB, mas em todas as universidades federais do país. Também destaco as medidas já adotadas pelo Decanato de Extensão (DEX) da UnB, por intermédio da decana Leila Chalub, que são no sentido de valorizar e difundir ainda mais a cultura afro-brasileira e aumentar os espaços de pesquisa e ensino sobre o estudo da realidade africana e cultura afro-brasileira”.

CARLOS MOURA

Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Cláudio Reis/UnB Agência

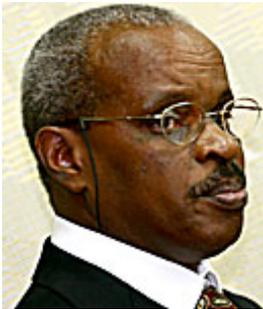


“O que foi cometido por esses jovens tem o repúdio de todo o povo brasileiro. Queria que as vítimas aceitassem as desculpas do Senado Federal. Se um dia eu tiver que morrer por uma causa, que seja a causa do racismo. Vamos acompanhar o caso e esperamos punição exemplar para quem cometeu esse ato de racismo. O que aconteceu e as tentativas de tratarem o caso como um crime comum e não de racismo e xenofobia nos envergonha e nos mostra que, a cada dia, devemos ter mais e mais forças para lutar pela igualdade e o fim dos preconceitos”.

PAULO PAIM

Senador pelo PT (RS)

Cláudio Reis/UnB Agência

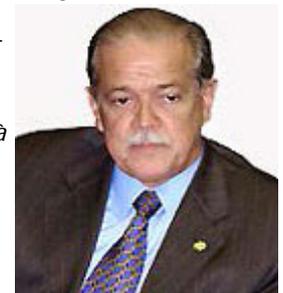


“Esse país ainda não conseguiu superar 400 anos de escravidão. Não é de hoje que as cotas tomam tanto tempo na mídia, que age para desqualificar a tentativa de eliminar o racismo e integrar o negro de maneira plena. Sei o significado de ser diferente na elite. A presença dos africanos na UnB é uma forma de mostrar a gratidão depois da ‘importação’ de quase cinco milhões de pessoas daquele continente para serem tratadas como animais por quase 400 anos. Eu me solidarizo com os estudantes africanos, mas também com a UnB. É na UnB onde temos o melhor programa de cotas do Brasil e por isso ela foi muito criticada”

ZULU ARAÚJO

Presidente da Fundação Cultural Palmares

Divulgação



“O que aconteceu foi um crime que precisa ser apurado. Não há como deixar de reconhecer que há racismo e xenofobia por trás desse crime inaceitável. Deve doer para uma pessoa se deparar com racismo em outro país. Quero pedir desculpas em nome do povo brasileiro. A humanidade deve desculpas à África por toda a discriminação. Temos uma reparação a fazer. Eu vejo no Brasil uma cadeia sinistra de falta de educação, desemprego por desqualificação e violência como resultado. Cabe parabenizar a UnB pela inclusão dos estudantes africanos e a expansão das disciplinas Pensamento Negro e História da África”.

CÉSAR BORGES

Senador pelo DEM-BA

Daiane Souza/UnB Agência



“Com a gravidade do fato, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) da Presidência da República instaurou procedimento administrativo para acompanhar o caso e encaminhou ao Ministério Público da União as providências necessárias. Vemos com apreensão a possibilidade de problemas de xenofobia e racismo no ambiente universitário. Entendemos que até o presente momento a postura da UnB vai ao encontro de seu pioneirismo na adoção de projetos de igualdade racial, com a abertura de investigação acadêmica, criação do Dia da Igualdade Racial para marcar o fato e consolidação de uma comissão de combate ao racismo na instituição. O posicionamento firme da universidade e alerta da comunidade nos colocam tranquilos ao papel que cabe a

instituição nesse momento”.

LUIZ FERNANDO MARTINS DA SILVA

Ouvidor da Seppir

“Em que pese estarmos tratando de um fato lamentável, de uma luta que por vezes parece não acabar mais, há um lado positivo. De uma forma ou de outra, o fato mobilizou a opinião pública brasileira. No Brasil, a renda dos pobres é de R\$ 900,00. Dos negros, R\$ 400,00. Não podemos deixar esse assunto de lado. Não podemos deixar que aconteça um apagão ético”.

GERALDO MESQUITA JÚNIOR

Senador pelo PMDB-AC

Cláudio Reis/UnB Agência



“O Governo brasileiro tomou conhecimento, com indignação, dos atos perpetrados contra alojamentos de estudantes da Guiné Bissau na Universidade de Brasília. O Governo brasileiro acompanha com atenção a apuração do incidente, já iniciada pela Universidade de Brasília e pelas Polícias Civil e Federal. O Governo brasileiro reitera seu repúdio a quaisquer atos de violência, que não se coadunam com o espírito aberto, tolerante e acolhedor do povo brasileiro”

NOTA OFICIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Cláudio Reis/UnB Agência



“O reitor da UnB veio ao Senado para mostrar a posição da universidade na apuração da questão. Quero dizer que estamos juntos para pedir desculpas. É inacreditável que ainda exista racismo no Brasil. Todos que já sofreram violências sabem que isso leva muito tempo para esquecer. É absurdo um fato como esse acontecer em uma universidade pioneira na implementação do sistema de cotas para negros. Lembro que foi instituído na UnB o dia de combate ao racismo e elogio a iniciativa”

JANETE ROCHA

Deputada pelo PT-SP

“Quero reiterar toda a solidariedade prestada aos estudantes. Fomos à UnB e estamos acompanhando o caso. A ação e a resposta da universidade foram rápidas e queremos que os responsáveis sejam punidos. Quanto mais penso no fato, mais fico chocado. O Timothy Mulholland (reitor da UnB) é nosso aliado na implantação de cotas e o país inteiro nos criticou. Tive a oportunidade de ir à Universidade Federal de São Carlos e os africanos de lá também estão preocupados com a situação”

IVAIR DOS SANTOS

Assessor da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

Cláudio Reis/UnB Agência



09/ 04/ 2007 - UNIVERSIDADE



UnB cria grupo de trabalho contra racismo

Comissão vai elaborar e consolidar propostas de combate à discriminação racial e à xenofobia no campus universitário

CAMILA RABELO

Repórter da UnB Agência

A Universidade de Brasília (UnB) criou, na tarde de quinta-feira, 5 de abril, uma comissão responsável pelas ações de combate ao racismo e promoção da igualdade racial no *campus*. O *Grupo de Trabalho Contra a Discriminação Racial na UnB* é mais uma resposta da instituição ao atentado contra apartamentos de africanos na Casa do Estudante Universitário (CEU), na madrugada de quarta-feira, 28 de março. Ele é formado por professores, representantes do movimento negro da instituição e da Comissão de Direitos Humanos do Governo Federal.

Daiane Souza/UnB Agência



A decana Leila Chalub afirma que o grupo tomará medidas a curto e longo prazo

O grupo de trabalho será oficializado por meio de um ato administrativo da reitoria na segunda-feira, 9 de março. Sua atuação acontecerá dentro do *Programa Institucional de Combate ao Racismo e à Xenofobia na UnB* do Decanato de Extensão (DEX), com a apresentação e consolidação de propostas. A comissão também estará à frente do fórum de discussão virtual sobre discriminação e xenofobia, em funcionamento no portal da instituição desde segunda-feira, 2 de março. "O grupo será o gestor do projeto da UnB contra o racismo, com medidas de curto, médio e longo prazos", afirma a decana de Extensão da UnB, Leila Chalub.

PROPOSTAS - Ainda nos primeiros passos, a comissão já demonstrou que não faltarão idéias e ânimo para o desenvolvimento de projetos na instituição. Durante a segunda reunião do programa, na tarde de quinta-feira, 5 de abril, o grupo já definiu frentes de ação. Entre as propostas apresentadas estão: a realização de uma campanha publicitária sobre o racismo; seminários sobre a África; criação de uma casa de cultura afro-brasileira na instituição e de disciplinas sobre a realidade do negro no Brasil. A campanha publicitária será uma ação imediata. Já o seminário será realizado em 25 de maio, quando se comemora o *Dia da África* em todo o mundo.

No próximo encontro, marcado para terça-feira, 10 de abril, as propostas apresentadas serão discutidas e votadas. O grupo pretende convidar para a reunião professores e funcionários da UnB envolvidos em projetos cuja temática envolve a discriminação racial, como forma de conhecer as demais ações da instituição em relação ao tema e aproveitar o conhecimento desses profissionais. "Além de montar uma 'cartografia' dos programas da instituição, podemos ainda convidar os responsáveis para compor o grupo de trabalho", sugere o professor da Faculdade de Direito (FD), José Geraldo de Sousa Júnior.

Daiane Souza/UnB Agência



"Conhecimento existente deve ser aproveitado no grupo", diz Junior

Daiane Souza/UnB Agência



Flávia sugere disciplina sobre pensamento negro para cotistas

APOIO - A representante do Coletivo Negro do Distrito Federal e Entorno (EnegreSer) na comissão, Ana Flávia Magalhães, 27 anos, aposta que a prioridade deve ser a divulgação de informações sobre o assunto. "Precisamos promover uma sensibilização em relação ao tema, que favoreça uma discussão mais ampla", afirma ela sobre a campanha publicitária no *campus*. A estudante sugere ainda a realização de oficinas de capacitação sobre discriminação racial e a obrigatoriedade da disciplina *Pensamento Negro Contemporâneo* para todos os cotistas da UnB: "É importante que os estudantes negros conheçam a história de luta do movimento".

Presente à reunião, o decano de Ensino de Graduação da UnB, Murilo Camargo, comprometeu-se a auxiliar o grupo na consolidação das decisões referentes a disciplinas e currículos. "No entanto, essas medidas devem ser aprovadas também nos institutos e departamentos", alerta o decano. Também participou do encontro a diretora de Esporte, Arte e Cultura, Rosana de Castro.

12/ 04/ 2007 - UNIVERSIDADE

R\$ 3,8 milhões em assistência estudantil

Dados atualizados de 2006 mostram que UnB apoiou 2.754 alunos de baixa renda em diversos programas

DA REDAÇÃO

Da UnB Agência

A Universidade de Brasília (UnB) desenvolve vários programas de assistência estudantil para facilitar o acesso e a permanência do estudante de baixa renda na instituição. Em 2006, a universidade investiu neles R\$ 3,8 milhões (veja quadro) e atendeu a 2.754 alunos de baixa renda. Eles receberam apoio em programas como bolsa de alimentação, moradia estudantil e vale livro, entre outros. A intenção é possibilitar a melhoria do desempenho acadêmico desses universitários e evitar a evasão deles durante o curso.

A estudante do 7º semestre de Serviço Social da UnB Cláudia Regina Antunes do Nascimento, 23 anos, considera os programas de assistência da universidade fundamentais para que os universitários concluam os cursos. Ela recebe a bolsa de alimentação, por meio da qual paga R\$ 0,50 por cada refeição no Restaurante Universitário (RU) da UnB. Além disso, ela recebe a bolsa permanência, no valor de R\$ 200,40. Cláudia utiliza o dinheiro com transporte, alimentação e livros.

Para receber a bolsa permanência, a universitária participa do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (Pesc) da UnB. No projeto, elabora dinâmicas e oficinas para adolescentes em conflito com a lei. "Eu não conseguiria permanecer na universidade sem a assistência. Além disso, o retorno pessoal é maior ainda porque o programa viabiliza o contato com a prática da minha profissão", afirma Cláudia.

ATENDIMENTOS EM 2006

Programa	Estudantes atendidos em 2006	*Valor liberado
Bolsa permanência	501	R\$ 496.553,40
Bolsa alimentação	2.754	R\$ 1.687.744,00
Moradia (graduação)	520	R\$ 223.621,18
Vale livro	135	675 vales concedidos
Moradia (pós-graduação)	118	R\$ 67.462,00
Isenção de taxa de inscrição no	4.101 (isenção total)	R\$ 383.748,00

vestibular e PAS	976 (isenção parcial)	
Bolsa do Programa de Iniciação Científica (PIC) da UnB	50	R\$ 167.100,00
Bolsa monitoria	979	R\$ 324.600,00
Bolsa monitoria II	15	R\$ 14.924,25
Bolsa de extensão	201	R\$ 388.985,00
Estagiários pela Fundação Universitária de Brasília (Fubra) na Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas	24	R\$ 72.000,00
Estagiários na Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas	6	R\$ 21.000,00
TOTAL:		R\$ 3.847.737,83

* Recursos estimados

PROGRAMAS

BOLSA DE ALIMENTAÇÃO

Consiste em desconto no preço da refeição do Restaurante Universitário (RU), que custa R\$ 2,50. Os alunos classificados como baixa renda-2 pagam R\$ 1,00 e os como baixa renda-1, R\$ 0,50. No início de cada semestre, eles participam de processo de classificação socioeconômica. O RU funciona de segunda a sexta-feira, das 11h às 14h e das 17h às 19h. Em 2006, 2754 alunos foram beneficiados por esse programa.

MORADIA ESTUDANTIL DA GRADUAÇÃO

A UnB possui dois blocos com 92 apartamentos na Casa do Estudante Universitário (CEU) destinados, prioritariamente, aos estudantes de baixa renda residentes fora do Distrito Federal. O estudante solicita participação no programa de moradia estudantil no início de cada semestre. Quem solicita o programa é encaminhado conforme a disponibilidade de vagas, que surgem assim que os contemplados com a moradia se formam e deixam os apartamentos. Os alunos de graduação classificados na categoria baixa renda 1 pagam R\$ 3,00 mensais e os de baixa renda 2, R\$ 6,00.

MORADIA ESTUDANTIL DA PÓS-GRADUAÇÃO

A UnB tem um bloco na Colina com 18 apartamentos e 72 vagas destinadas aos estudantes de mestrado e doutorado com família residente fora do Distrito Federal. Os alunos são classificados conforme situação socioeconômica e encaminhados de acordo com a disponibilidade de vagas. Eles desembolsam uma mensalidade de R\$ 42,06.

VALE LIVRO

Os estudantes classificados como de baixa renda 1 e 2 podem retirar na Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) da UnB, semestralmente, cinco vales que lhe dão direito a desconto de 10% na aquisição de livros editados pela Editora da UnB (EDU).

PROGRAMA DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DO PAS E VESTIBULAR

A Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) da UnB, em parceria com o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe) da instituição atende a comunidade externa por meio da análise das solicitações de isenção de taxa de inscrição do Programa de Avaliação Seriada (PAS) e Vestibular. Pode ser concedida a isenção total ou parcial de acordo com a situação socioeconômica do candidato e a disponibilidade de recursos financeiros destinados ao programa.

ALÉM DISSO...

Os alunos classificados nos grupos 1 e 2 podem ganhar redução de taxas de formatura e em cursos de extensão e participar como fiscais de sala nos concursos promovidos pelo Cespe. Eles também têm prioridade para encaminhamento médico e psicológico ao Serviço de Atendimento Médico (SAM) no Hospital Universitário de Brasília (HUB).

PAGAMENTO DE BOLSAS

Bolsa de monitoria

É a modalidade de ensino e aprendizagem que visa a propiciar uma formação mais ampla e aprofundada ao aluno de graduação da UnB, além de incentivá-lo a se dedicar à docência e à pesquisa. Os estudantes participam, junto ao professor, de tarefas como planejamento de atividades, preparação de aulas, avaliação e orientação de aluno e realização de trabalhos práticos e experimentais. A jornada de monitoria não pode ser superior a 60 horas mensais. O aluno de graduação pode concorrer à monitoria uma vez por semestre e ganha três bolsas no valor de R\$ 100,00.

Bolsa de monitoria II

É a modalidade de ensino e aprendizagem que visa a propiciar uma formação mais ampla e aprofundada ao aluno de pós-graduação da UnB. O estudante de mestrado participa na prática do ensino no nível de graduação, sob a supervisão do professor, até o máximo de 60% da carga horária da disciplina. Já o estudante de doutorado pode participar na prática do ensino até 80% da carga horária da disciplina. A bolsa de monitoria de pós-graduação é de R\$ 301,50 e é paga três vezes por semestre.

Bolsa de extensão

Por meio desse programa, estudantes de graduação da UnB participam da produção e inovação de conhecimentos e permitem o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país. Além disso, desenvolvem atividades que permitem a diversificação das relações disciplinares ao entrarem em contato com a sociedade. Os alunos recebem bolsa de R\$ 300,00 por mês.

Bolsa do Programa de Iniciação Científica (PIC)

Por meio da participação em projetos de pesquisa, o programa visa a despertar a vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação. Além disso, prepara os alunos para o ingresso na pós-graduação. As vagas são abertas anualmente e o graduando recebe bolsa de R\$ 300,00.

Bolsa permanência

Oferece ao aluno de graduação a oportunidade de desenvolver atividades remuneradas dentro de sua formação acadêmica, sempre que possível, sendo prioritária para os alunos classificados como de baixa renda. São oferecidas 250 bolsas, com carga horária de 60 horas mensais, no valor de R\$ 200,40.

Estagiários pela FUBRA na Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas

Por meio de parceria entre a Fundação Universitária de Brasília (Fubra) e o governo federal, estudantes participam de projeto junto às comunidades quilombolas. Na UnB, eles atuam no desenvolvimento de propostas que vão desde a economia solidária até a forma de aproveitar matéria prima para a comunidade quilombola Calunga localizada no norte do Goiás.

Estagiários na Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas

Equipe que trabalha no Centro de Convivência Negra (CCN) e atua com questões como o desenvolvimento de políticas afirmativas.

13/ 04/ 2007 - ENSINO SUPERIOR



Reitor trabalha na Casa do Estudante

Timothy Mulholland visitou a moradia para conhecer problemas, conversar com estudantes e estudar melhorias nos prédios

CAMILA RABELO

Repórter da UnB Agência

O reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, trabalhou na noite de quinta-feira, 12 abril, na Casa do Estudante Universitário (CEU). Ele se reuniu com os moradores para conhecer e encaminhar as demandas deles em relação aos três prédios do local. "Vou acompanhar pessoalmente as necessidades apresentadas pelos alunos para a melhoria da moradia na instituição", afirma, reforçando o compromisso firmado em 4 de abril, durante reunião com os representantes estudantis.

Mulholland tranquilizou os alunos a respeito da manutenção na CEU. Em janeiro de 2007 foi formada uma comissão, composta por professores da Faculdade de Tecnologia da UnB, para avaliar a estrutura dos prédios e já está agendada, para a semana entre 16 e 20 de abril, visita do grupo ao local. Paralelamente à vistoria, o Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (Ceplan) da instituição vai elaborar um projeto de reforma geral.

"Os estudantes acompanharão todo o processo. Faremos um trabalho conjunto para que a CEU ofereça conforto e ambiente saudável para todos", ressalta o reitor. Conforme pedido dos moradores, na sexta-feira, 13 de abril – dia seguinte ao encontro – profissionais coletaram a água para análise. Mulholland também encaminhou solicitação para que o Centro Olímpico funcione aos finais de semana, como local de lazer e desporto para os alunos. Em 26 de abril, o reitor da UnB voltará à CEU para uma segunda conversa com os estudantes e avaliação dos serviços realizados.

03/ 04/ 2007 - INTEGRAÇÃO RACIAL

Aprender com a dor

NELSON OLOKOFÁ INOCENCIO

O dia 28 de março, que passa a constar no calendário da Universidade de Brasília como *Dia da Igualdade Racial*, mais do que uma data marcante, é uma evidência de que o silêncio e a omissão possuem eficácia limitada. Quando digo isso, quero me dirigir à toda comunidade da UnB: técnicos-administrativos, corpos discente e docente. Como integrante desta casa desde 1980, pude observar nesses quase 30 anos que a universidade brasileira, como espaço de prestígio e poder, também se tornou uma espécie de feudo da hegemonia branca neste país. Assim, os efeitos nefastos desse processo tornar-se-iam perceptíveis aos olhos de qualquer pessoa mais atenta às desigualdades sociais.

Quem vive o cotidiano da universidade precisa entender o que determinadas situações querem nos dizer. Não podemos perder a dimensão histórica e adotar a velha prática brasileira de empurrar problemas para debaixo do tapete. Se a universidade é um lugar privilegiado para o debate, por que nos furtamos a ele, quando o racismo é o foco?

Nossas ações ainda são episódicas no sentido de problematizar a discriminação racial. Talvez muitos acreditem ainda no velho e desgastado mito da democracia racial brasileira. Provavelmente, existam outros tantos que, sem fundamentação nenhuma, arvoram-se a desqualificar as políticas públicas voltadas para a população negra.

Está provado que o silêncio ou a displicência não resolvem. No final da década de 1980, as paredes do Instituto de Artes apresentavam para toda UnB um grafite em que o agressor clamava "*Morte aos negros!*". O texto era anônimo, logicamente, mas a provocação não deveria ter sido tratada como foi. Calamos o debate com algumas mãos de tinta branca. Nos anos 1990, constatamos registros de agressões a estudantes africanos. O erro, muitas vezes, é subestimar a dimensão das violências simbólicas, até que um dia elas se tornam físicas.

A cultura brasileira apresenta aspectos contraditórios, os quais nem sempre são notados pela grande parte da população. A hostilidade que ora nos chama a atenção evidencia uma tragédia anunciada. Há vários antecedentes que corroboram que o referido feudo pode até fazer algumas concessões, mas sempre dentro daquela lógica de que "*o negro sabe o seu lugar*".

Reflitamos ainda sobre o continente africano. Como ele está para o nosso imaginário? A maioria dos brasileiros se envergonha das heranças africanas. Entendem que o legado africano restringe-se a músculos, esteio do trabalho escravo e, de quebra, a algumas peculiaridades exóticas que alimentam o "folclore" nacional. Falar de África e sua dimensão civilizatória no Brasil é assunto para poucos especialistas.

Além do mais, a África contemporânea a nós parece algo absolutamente desinteressante, distante, vazio. Tanto é que achamos admissível jovens africanos estudarem aqui. O que nos soa absurdo é enviar jovens brasileiros para estudarem e conhecerem as realidades africanas. Melhor pensar que não temos mesmo nada a ver com África. A mentalidade eurocêntrica toma conta do Brasil, que, curiosamente, possui a segunda maior população negra do mundo.

Se não quisermos enfrentar o trauma que o racismo provoca, viveremos perenemente em um mar de ignorância. Delegaremos o desafio às outras gerações. Faremos exatamente como aqueles que nos antecederam. Só não poderemos nos esquivar das surpresas desagradáveis. Até porque elas são consequência de nossa histórica omissão.

Acompanhamos as transformações do mundo sempre com larga margem de atraso no que concerne à questão negra. Fomos o último país a extinguir o tráfico nefando, o último a abolir a escravidão horrenda e agora, 120 anos depois, corremos o risco de mais uma vez ficarmos na contra mão da história. Não se iludam, as políticas anti-racismo aqui são tão emergenciais e necessárias quanto aquelas desenvolvidas nos Estados Unidos dos anos 1960 ou na África do Sul dos anos 1990.

Entorpecidos pelo mito da democracia racial, fatalmente estaremos condenados a permanecer na retaguarda, e o que é pior: por omissão e silêncio. Uma coisa é certa, a cura de todos os males não está no esquecimento. A questão racial, mais do que lembrada, deve ser discutida à exaustão em nome de uma sincera e bem resolvida celebração da diversidade brasileira.

Não basta termos políticas de inclusão racial se comunidade acadêmica como um todo não as respalda. Que aprendamos, ainda que seja pela dor, a assumir nossas responsabilidades. Não é mais possível que este tema ocupe a administração da UnB, e alguns outros espaços – como o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, o Coletivo *Enegreser*, o Centro de Convivência Negra e o Projeto Afroatitude – , ao mesmo tempo que permanece fora de nossas inquietações no importante processo de produção do conhecimento.

Daiane Souza/UnB Agência



Nelson Olokofá Inocencio é professor e subchefe do Departamento de Artes Visuais e coordenador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade de Brasília (UnB).

12/ 04/ 2007 - EDUCAÇÃO

O Grito da UnB

TIMOTHY MULHOLLAND

Avolumam-se as estatísticas sobre a exclusão social no Brasil. É um fato triste e inegável, que nos posiciona mal no *ranking* das nações, especialmente, concentrado sobre os eixos de gênero e de cor ou raça. O Brasil não alcançará um futuro digno sem implementar um processo sério e efetivo de inclusão, se não por uma questão de justiça, pelo pavor das inevitáveis conseqüências de ignorar os fatos e de tentar abafar ou confundir o debate.

A Universidade de Brasília está fazendo o que lhe cabe. Em 2003, implantou o Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial, envolvendo cotas para estudantes negros e a matrícula de indígenas, entre outras medidas. Já tinha implantado programas para portadores de necessidades especiais, de acesso alternativo ao vestibular voltado para a escola pública e de permanência de estudantes de baixa renda, além de numerosos projetos de extensão universitária junto às populações excluídas da região e além. Agora se expande fisicamente pelas vizinhanças menos favorecidas para abraçar o Distrito Federal e seu Entorno. A política de inclusão da UnB é clara e conseqüente, e os resultados dessas iniciativas comprovam a sua adequação e sucesso.

O compromisso da UnB é com a democracia e os direitos humanos. Desde as suas origens, é identificada com a luta pelo convívio pacífico e solidário e o pleno gozo de direitos. As medidas citadas são conseqüência dessa posição e colaboram com o acesso dos historicamente excluídos à Universidade e, por conseguinte, ao conhecimento e aos espaços do poder.

A receptividade a essas medidas foi positiva no geral, mas a inclusão de negros na Universidade foi alvo de resistência. Só a de negros. A UnB, também por ter sido a primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas, foi duramente atacada. Nem sempre se tratava de um debate sobre os meios mais adequados de inclusão social; houve ataques brutais direcionados aos sistemas de cotas para negros e às instituições e pessoas envolvidas.

Ora porque a democracia racial já seria um fato consumado, ora porque os negros, que são facilmente identificados para fins do censo ou da discriminação, não poderiam sê-lo para fins de programas de inclusão, ora porque a concentração massiva deles nas favelas e nas cadeias seria uma questão de renda e não de discriminação (“são negros por serem pobres”, é a inacreditável implicação).

Essas, e outras pérolas até mais criativas, vieram dos intelectuais da exclusão – ilustrados doutores, que, a mando dos seus patrões, agregam à sua lógica deturpada a distorção dos fatos, a desonestidade intelectual e a deslealdade acadêmica. Ombreiam-se com os cientistas de Hitler e demais promotores da exclusão sistemática no mundo. Ainda há quem publique o seu vitupério. O que buscam, na verdade, é a manutenção do *status quo*, que o privilégio da educação superior pública continue sendo passado de pai para filho sob o manto do “mérito”, alcançado apenas nas melhores e mais caras escolas e cursinhos.

O atentado a fogo contra a vida de 10 estudantes africanos da UnB no último dia 28, reacendeu os debates. Criminosos incendiaram as portas de três apartamentos do alojamento estudantil cujos moradores eram africanos negros. O que vemos em parte da mídia, é uma tentativa de afastar os termos "racismo" e "xenofobia" do caso, sem que as investigações tenham sido concluídas. Tratar-se-ia apenas de uma rixa entre vizinhos, como disse um dos convocados pela Polícia Federal.

Felizmente a reação de dezenas de entidades, instituições e autoridades entre as mais respeitadas do País e do mundo foi diferente. Reconheceram a seriedade do fato e do momento e manifestaram sua solidariedade às vítimas, bem como às medidas adotadas pela Universidade e pelas autoridades policiais. Essa atrocidade inconclusa e suas implicações são de uma gravidade que transcende o que as investigações vierem a estabelecer. É essencial punir exemplarmente os culpados, mas não é o suficiente. Este caso exige uma reflexão profunda sobre a garantia dos direitos humanos, à justiça social, a tolerância e a solidariedade que terão que prevalecer no mundo se nós queremos outro futuro que a conflagração. A começar pela Universidade.

A UnB se une aos que gritam (aí sim!) por justiça e por uma igualdade que saia do papel e passe a ser a realidade entre nós, com todas as nossas diferenças - a riqueza maior desse País.

Daiane Souza/UnB Agência



Timothy Mulholland é reitor da Universidade de Brasília.

Apêndice

A - Entrevista com Rodrigo Caetano, secretário de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Concedida em 27 de setembro de 2007.

- O que se considera uma crise de imagem para a Universidade de Brasília (UnB)?
- Qualquer coisa que exponha a UnB internamente e afete a sua imagem externamente. Uma medida de cotas, por exemplo, que não agrada toda a população, pode desencadear uma crise de imagem.

- O incêndio contra alunos africanos na Casa do Estudante Universitário (CEU) foi considerado uma crise?
- Sim. Dentro da universidade tivemos estudantes indiciados por ateaem fogo às portas dos apartamentos. Isso revela uma atitude de intolerância. Podem falar que a Reitoria não deu a atenção devida, já que havia reclamações anteriores sobre atitudes intolerantes no local.

- Em uma empresa, a preocupação com a imagem deve-se aos lucros. E em uma universidade pública, cuja “mercadoria” é o ensino, qual é a preocupação?
- Embora a universidade não seja uma empresa, ela capta recursos. Por isso, precisamos divulgar a imagem de uma universidade bem gerida, com projetos positivos. Assim, a preocupação não deixa de ser com o lucro, pois também é de ter condições de captar recursos. O Centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe) da UnB, por exemplo, é o maior órgão de captação de recursos da universidade e mantém o Restaurante Universitário (RU) da instituição.

- Quais foram as ferramentas utilizadas no gerenciamento dessa crise?
- Esse foi um incêndio que envolveu não só a UnB, mas o governo brasileiro, o Itamaraty e as embaixadas. Houve até reunião da Comissão de Direitos Humanos. Foi um acontecimento que extrapolou os muros do campus. Houve manifestação do ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, de senadores e de deputados defendendo a universidade. Essa foi uma crise de grande porte e com repercussão mundial. Foi todo um trabalho conjunto. A ação foi de acompanhar cada passo, fazer toda a cobertura jornalística para informar a sociedade, e organizar articulações para

rechaçar o atentado. A UnB também buscou outras vozes. Isso aconteceu com naturalidade, pois o caso envolvia outras instâncias.

- Qual foi o pior momento da crise?

- Foi, no primeiro dia, a vinda dos alunos para o Auditório da Reitoria. O reitor os recebeu e esse contato, muitas vezes, é no sentido de derrubar o reitor, de chama-lo de incompetente e de dizer que a culpa é da Reitoria. Foi muita coragem do reitor. Eles queriam que a UnB pedisse desculpa por algo que não fez.

- Mas não houve negligência por parte da universidade no que aconteceu?

- Em parte, houve. É inegável o esforço da administração em relação à assistência estudantil. Mas a universidade deveria ter tido atitudes mais energéticas no caso. Por outro lado, foi um problema de comunicação interna, pois, embora o decanato soubesse, o assunto não chegou à Reitoria nem à Secom. Por isso, chegou a esse ponto.

- A UnB já enfrentou crises como a da suspeita de fraudes em concursos públicos no Cespe e a das cotas para negros no vestibular. Por que ainda não foi elaborado um Plano de Gerenciamento de Crise (PGC)?

- Usualmente, a comunicação era chamada para “apagar incêndio”. Depois de crises como a do Cespe, a universidade começou a entender a importância do trabalho de comunicação e, hoje, acompanhamos reuniões e influenciemos nas decisões. Em 2007, começamos a atuar com um plano de mídia e marketing. É um processo de profissionalização que ocorreu ao longo do tempo. As crises sempre são gerenciadas pela comunicação. Desde 2004, o Cespe mostrou que a comunicação era competente e deu visibilidade ao fato de que a equipe de comunicação poderia solucionar problemas e atuar organizadamente nesse sentido.

- Que lições ficam da crise desencadeada pelo incêndio na CEU?

- É bom ressaltar que a crise ainda não acabou. Ela foi minimizada pelo inquérito da Polícia Federal (PF), mas uma crise só acaba quando não se toca mais no assunto e, neste caso, a sociedade ainda está na expectativa da punição dos responsáveis. No entanto, não estamos mais em um momento grave de crise de imagem. A lição que fica, até agora, é de que, se a equipe de comunicação tivesse sido informada

antes sobre o caso, a universidade teria se desgastado menos. Também destaca-se a importância do trabalho de comunicação interna.

B - Entrevista com Elisa Tecles, repórter do caderno de Cidades do Correio Braziliense que cobriu o primeiro dia do incêndio na CEU. Concedida em 1º de outubro de 2007.

- O que chamou atenção no caso do incêndio na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade de Brasília (UnB) do ponto de vista dos critérios de noticiabilidade?

Naquele dia, eu cheguei à redação às 8h para fazer a ronda, atividade em que ligamos para as delegacias e para o Corpo de Bombeiros para saber o que acontece de destaque. Na verdade, no incêndio, como o fogo não atingiu as pessoas, foi mais pelo valor simbólico, nem os bombeiros nem a polícia nos passaram como algo grave. A gente soube porque uma das moradoras ligou para a redação para avisar. Os bombeiros não colocaram como algo de destaque. Começou como algo simples. Não parecia aquilo tudo. Fui a primeira a chegar. Conversei com os moradores. Até aquele momento a gente não tinha muita idéia do que havia acontecido. Os alunos comentavam que havia problemas de convivência dentro da casa, mas não dava para entender se era questão de xenofobia. Fiquei o dia todo lá, e, ao longo do dia, soube, pelas pessoas da redação, que o assunto estava saindo muito na imprensa. Ficamos muito tempo na CEU de manhã. E a UnB ainda não tinha falado nada no começo do dia. Quando a manhã foi terminando, começamos a entender que havia problemas de convivência como a realização de festas dentro da casa. Começamos a perceber que não era brincadeira ou acidente. Era algo mais sério. Rapidamente, a UnB colocou um decano para falar, mas ele nem entrou nas matérias, porque falamos com o reitor e o depoimento dele era mais importante. Começaram a levantar a hipótese de racismo e o decano tratou como não era caso de racismo, mas problema de relacionamento entre os alunos. Disseram que era um problema da casa e que iria ser investigado. Chegou a Polícia Federal. Fizeram a perícia. Vimos que a coisa ia ganhando proporção. À tarde, a imprensa inteira estava na UnB. Os alunos começaram a fazer um protesto e, logo depois, houve uma

entrevista com o reitor na Faculdade de Tecnologia da UnB. Daí vimos que era uma coisa bem séria, a ponto de o reitor parar o trabalho. Marcaram um encontro entre os alunos e o reitor e havia vários decanos envolvidos. Naquele momento, eu vi que era uma coisa que ia marcar a UnB. A universidade inteira se comoveu com aquilo. No protesto, falava-se de racismo e xenofobia e quase não tinha negro. E eu nunca tinha visto isso. Nem quando estudei na UnB eu vi o reitor ter uma conversa direta com os alunos e isso acontecer de um dia para o outro. O mais sério de tudo é que, desde o início, estava claro que era uma coisa intencional. Vimos os tijolos cobertos com pano. Não era possível para os alunos africanos sair pelas portas. Eles tinham de pular as janelas. Isso foi muito sério. Não foi um incêndio que começou na cozinha de ninguém. Isso é sério. Um dos critérios principais na ronda é até da polícia e dos bombeiros. Tem vítima? É vítima fatal? Tem criança? Adulto? Quem são essas pessoas? E, nesse caso, o critério teve de ser outro porque o fogo nem entrou na casa dos meninos. Foi a questão simbólica. Incêndio por incêndio não seria notícia. Fogo pega todo dia. Naquela hora, não tinha como saber.

- Como foi recebida pela Secretaria de Comunicação (Secom) da UnB?

- A Secretaria de Comunicação divulgou todos os dados logo pela manhã. Informações do tipo: quantas pessoas moram na CEU e como é a seleção para morar na casa. Logo pela manhã conseguimos falar com o decano responsável pela casa, o que achei bom. E ele tinha todas as informações. Tivemos muito material ao fim do dia. Como os meninos da CEU passaram a manhã inteira lá, conseguimos falar com muita gente. Não tive problemas para conseguir informações.

- Enfrentou alguma dificuldade?

- Não. Nós conseguimos todas as informações importantes.

- A resposta da Secom foi demorada, normal ou rápida?

- As respostas vieram na hora certa. Por ser um dia de crise, realmente era muito trabalho para a comunicação. E, para o momento, foi muito boa a resposta. Levando em consideração o que estava passando, foi feito um bom trabalho.

- Em algum momento a Secom divulgou algo que depois se mostrou uma inverdade?

- Não. A única coisa que gerou dúvida foi o número de vigilantes na CEU. Eles diziam que iriam colocar seguranças, mas consegui números diferentes ao longo do dia, o que é muito comum. A assessoria deu um número. Mas usamos o que o reitor falou. Colocamos que eram quatro seguranças. Um por andar. Mas esse número mudou algumas vezes durante o dia. Esse número foi complicado. Mas esse foi o único problema durante a cobertura. Na relação com a Secom, eu só tive dificuldade, 30 dias depois, na data marcada para terminar a Sindicância Interna da UnB. Eles pediram renovação do prazo e, na época, não consegui nenhuma informação, só de que a UnB mandava dizer que pedia mais dias para concluir o documento. Consegui “zero” informação. Como não tinha terminado, eles não estavam falando, até porque não saiu em nenhum outro veículo. Às vezes poderia ser algo sigiloso também. A frase que coloquei na matéria, inclusive, foi que a UnB pediu mais dias.

- Como você avalia a questão de, primeiramente, a universidade não considerar a hipótese de racismo e, depois, adotar esse discurso?

- Para a hora que era, foi uma decisão razoável. Seria precipitado falar o contrário. Era cedo. Tanto que ele sempre falou: vamos investigar tudo. Foi sensato da parte do decano. Era de manhã. E ele não tinha o que falar.

- Você teve alguma outra dificuldade durante a cobertura?

O acesso ao local foi muito fácil. Como a própria UnB organizou a coletiva com o reitor, a entrevista com o decano, e a reunião no auditório, nós pudemos entrar com facilidade. A única dificuldade foi que perdi boa parte da reunião realizada no Auditório da Reitoria no período da tarde. Tentamos entrar pela entrada interior, por onde o reitor entra, e o segurança não nos deixou entrar. Ele deveria ter sido orientado para facilitar o acesso para a imprensa, porque perdi a mensagem e havia outras duas repórteres comigo. Nem precisavam reservar espaço para a imprensa, simplesmente deixar entrar. E tivemos dificuldade para encontrar alguém que nos deixasse entrar.

- Na leitura das matérias, eu percebi que todas ouvem a universidade. Por que essa preocupação em sempre ter o lado da universidade?

- Porque a universidade era um dos lados que estava acompanhando o caso e tinha a sua apuração interna. Também tomaria suas providências e estava apurando

aquilo. Precisávamos saber o que poderia acontecer. E a universidade era a fonte desse tipo de informação. A polícia dava as partes de depoimento. Mas a UnB, as consequências para os responsáveis. A gente tem de ter o outro lado. Não tem como deixar de ouvir a UnB. E mesmo fazendo matérias em geral, temos de escutar o órgão público mesmo que seja para eles dizerem que não vão falar. Procuramos divulgar as ações para mostrar que a UnB não estava parada, que estava fazendo algo. Não seria justo dizer que a UnB não se importou com isso.

- Você já cobriu alguma outra crise assim?

- Não. Foi a primeira. Foi assim que me formei e entrei no caderno de cidades. Um mês depois. Antes, eu estava no gabarito. Entrei nessa matéria pela ronda. Coisas do dia.

- Como você avalia, em aspectos gerais, o trabalho de comunicação da UnB no caso?

- Foi muito bom. Eles conseguiram lidar com isso muito bem e dar as respostas de que precisávamos. E organizar esses encontros com as pessoas da UnB. Foi muito importante. Faz diferença numa matéria dessa fazer perguntas diretamente para o reitor em vez de ter informações da assessoria. Para a universidade faz diferença também, mostrar que o reitor está preocupado com aquilo. Possibilitar esse encontro de maneira muito rápida. Eu fiquei o dia inteiro no *campus* e não tinha como ficar sabendo das coisas. Eu estava no meio da UnB e era difícil me encontrar. A Secom conseguiu meu celular e me ligou para me avisar que ia ter a entrevista com o reitor. Tinham marcado no mesmo horário da entrevista que estava marcada com a polícia federal e, nessa ligação, eu disse para a secretária que ia coincidir e a secretária mudou o horário da entrevista coletiva. Porque se não ia bater. Tiveram essa preocupação.

- No fim da história, ficou uma imagem negativa?

- É inevitável ficar a imagem negativa, mas a UnB mostrou que estava fazendo algo e não se omitiu em momento algum. Ela poderia simplesmente dizer que era caso de polícia e que não iria cuidar disso. No mesmo dia, anunciaram muitas medidas. E isso deu uma reviravolta. Mostrou que era um caso isolado e que estava sendo tratado como algo muito sério e que a UnB iria solucionar o caso.